



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

DA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Luiz Fructuoso Corrêa

COMÉRCIO INTERNACIONAL

E

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação da EAESP/FGV -
Área de Concentração: Economia
de Empresas, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo

Matarazzo Suplicy

São Paulo

1982

"COMÉRCIO INTERNACIONAL
E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO"


"COMÉRCIO INTERNACIONAL
E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO"

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Matarazzo Suplicy, orientador

Prof. Dr.

Prof. Dr.



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Luiz Fructuoso Corrêa

COMÉRCIO INTERNACIONAL
E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação da EAESP/FGV -
Área de Concentração: Economia
de Empresas, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo
Matarazzo Suplicy

São Paulo
1982



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



1997/82



1198201997

Carlos

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data 08.10	N.º de Chamada 339.5 C824C
1997/82	Registrado por M

Dis.
e.1

SP-00005782-0

338.34: 339.5

Biblioteca

de Em

1997

Administração

de Empresas

Administrativa

de São Paulo

1997

CORRÊA, Luiz Frutuoso - "Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico". São Paulo, EAESP/FGV, 1982, 110 p.

(Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Economia de Empresas).

Resumo: Esta dissertação analisa, sob o ponto de vista histórico as influências que o comércio internacional exerce sobre o processo de desenvolvimento econômico.

Palavras-chaves: Mercantilismo - Revolução Industrial - Imperialismo - Capital Financeiro - Colonialismo - Deterioração de Preços - Centro - Periferia - etc...

AGRADECIMENTOS

Várias foram as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para que eu chegasse ao término deste trabalho. Deixo registrada minha gratidão, mas assumindo a inteira responsabilidade por todas as falhas, defeitos e omissões cometidos no desenrolar desta dissertação.

- Ao Prof. Dr. Eduardo Suplicy, meu orientador, de quem recebi palavras e gestos de incentivo e liberdade para expor minhas idéias;
- Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira pelo incentivo recebido quando cursávamos disciplina por ele ministrada e pelo encorajamento nas críticas aos trabalhos elaborados,
- À Profa. Dra. Vera Helena Thorstensen, pela mão da qual nos iniciamos no Cálculo Econômico;
- Aos amigos, ex-companheiros do CMA, Sinclair Mallet Guy Guerra e Paulo Cesar Machado Feitosa, pelos desafios lançados a este término e pelo muito que aprendi com eles;
- Aos meus companheiros do CMA;
- À minha mulher, companheira paciente, por tudo, aos meus filhos.

Aos que me deram a vida - meus pais.

ÍNDICE

	Pág.
Capítulo 1 - Introdução	1
Capítulo 2 - Retrospecto Histórico	5
Capítulo 3 - O Mercantilismo	9
Capítulo 4 - Expansão dos Mercados	16
Capítulo 5 - Considerações de Alguns Pensadores sobre o Mercantilismo	27
Capítulo 6 - Inserção Involuntária do Brasil no Comércio Internacional	43
Capítulo 7 - O Brasil no Comércio Internacional	67
Capítulo 8 - As Transformações do Capitalismo	70
Capítulo 9 - A Troca Desigual	80
Capítulo 10 - Últimas Considerações	99
Conclusões	108
Bibliografia	111

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O comércio internacional sempre foi e continua sendo objeto de muitas e acirradas controvérsias.

Diversas correntes de pensamentos em várias épocas e lugares distintos têm manifestado suas idéias a respeito do comércio entre nações, ora com a finalidade expressa de dificultá-lo, criando barreiras tarifárias ou proibições pura e simples a importações e privilegiando de forma acentuada as exportações, ora defendendo a total liberdade de comércio.

A contradição torna-se mais evidente quando se constata que os mesmos países, em épocas distintas, adotam distintas concepções sobre como agir no âmbito do comércio internacional - ou privilegiando exportações, restringindo drasticamente importações, ou agindo como defensores intransigentes da total liberdade de comércio, prevalecendo sempre quer num, quer noutro posicionamento o interesse nacional.

Por outro lado observa-se a aglutinação de vários países em blocos fechados de comércio, criando comunidades para a defesa de seus interesses comuns, obtendo vantagens político-econômicas nem sempre desprezíveis.

São constantes as reivindicações dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos em relação ao comércio internacional, acenando com dados que provam serem os auxílios recebidos dos países centrais mais do que anulados pelos prejuízos advindos da constante deterioração das relações de troca. O re

trospecto do comportamento das relações internacionais mostra que a euforia de um determinado ano, segue-se a frustração no período seguinte.

Com a evolução do sistema capitalista de produção não mais vivemos no antigo tempo do empresário schumpeteriano. A concentração e centralização do capital fizeram com que a pequena empresa se retirasse de cena, cedendo seu lugar gradativamente à mega empresa nacional ou multinacional. Essa transformação não a podemos relegar a plano secundário, pois influi de modo marcante sobre o comércio internacional.

Não podemos encarar as relações existentes no comércio internacional como lineares, elas são contraditórias e assim devem ser encaradas.

Quando examinamos a pauta de exportação de um país periférico constatamos que ela é composta por uns poucos produtos primários, de origem agrícola ou mineral, havendo quase sempre um deles cuja importância relega a dos demais a segundo plano. Baseado na importância hegemônica desse bem, é possível o nascimento da indústria ou expansão de uma manufatura anteriormente existente. Há no entanto, dentro desse processo a existência de uma contradição, pois o crescimento da indústria será obstaculizado pelo processo de acumulação de capital realizado dentro do setor dominante (1).

Parece-nos que a participação no comércio internacional como forma de rápido desenvolvimento de uma sociedade atrasada, escudando-se na teoria da modernização não deve ser

(1) SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1976.

aceita sem questionamento.

A teoria da modernização define o desenvolvimento como o processo de passagem de uma sociedade da etapa tradicional para a etapa moderna. A sociedade tradicional, pré-capitalista, é a subdesenvolvida, que de acordo com a teoria da modernização, através do progresso técnico, da acumulação de capital e da adoção de valores modernos irá se transformando em uma sociedade desenvolvida, vale dizer, moderna.

Historicamente não verificamos tais transformações. Não existe uma relação funcional entre modernização e desenvolvimento. O que se pode observar nos países periféricos é a transformação ocorrida na forma do subdesenvolvimento; antes, quando sociedade tradicional, um subdesenvolvimento despojado de indústrias, assentado em produção agrícola ou extrativo-mineral; depois um subdesenvolvimento industrializado, tão dependente quanto o primeiro, mas com uma dependência transformada, pois o processo de modernização foi imposto de fora para dentro - a tecnologia e a indústria agora em funcionamento não foram frutos de pesquisas que ampliassem o conhecimento nacional, mas sim originárias dos países centrais e transplantados para a sociedade em processo de modernização. É claro que a tecnologia transplantada será aquela que seus criadores impuserem, assim como a constelação de bens produzidos pela indústria.

Surgem agora duas importantes dependências - a de processo e a de produto, que serão tanto mais amplas quanto maior tenha sido a modernização.

Os interesses das diversas classes conflitam entre si e nos embates sucessivos em que constantemente se envol-

4

vem, cada classe procura apropriar-se de uma parcela significativa do excedente gerado. São as classes dominantes as vitoriosas nessa luta, pois, além de deterem os poderes político e econômico, aliam-se à burguesia internacional, fortalecendo suas posições. O resultado final de todo o processo tem sido para as sociedades periféricas sempre o mesmo - a sociedade comparada agora com a pré-capitalista ou tradicional sofreu inúmeras transformações; tornou-se industrializada, produz bens sofisticados, possui um sistema viário de considerável importância, a renda per capita aumentou, o produto interno cresceu, mas ao compará-la com os países centrais, chegamos à conclusão de que a sociedade ainda é subdesenvolvida - um subdesenvolvimento diferente, não mais agrário, mas um subdesenvolvimento industrializado (2).

É o recuar no tempo que fará com que entendamos o evoluir das idéias a respeito do comércio internacional; compreenderemos as causas que levam um país a mudar suas atitudes ao longo dos anos. Procuraremos mostrar também como se interligam comércio internacional, evolução do capitalismo e desenvolvimento econômico. Algumas das idéias lançadas nas primeiras páginas deste trabalho requerem explicações mais detalhadas e cuidadosas para que sejam justificadas, o que procuraremos fazer ao longo desta dissertação.

Escolhemos um momento histórico para iniciar a partir dele o estudo e a discussão sobre o evoluir do pensamento relacionado com o comércio internacional. Poderíamos começar

(2) A expressão subdesenvolvimento industrializado é usada por Luiz Carlos Bresser Pereira, sendo parte do título de uma de suas obras.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977.

antes ou depois do período escolhido, mas entendemos que é a partir da época tomada como ponto de referência que as maiores transformações têm lugar, é a partir de então que muitas idéias novas começam a modificar o pensamento até então dominante.

O período escolhido para iniciarmos nossas discussões é aquele situado entre os fins da Idade Média e o início do Renascimento.

CAPÍTULO 2

RETROSPECTO HISTÓRICO

Não se pode negar que o comércio internacional tenha constituído nos períodos mais longínquos da história atividade importante, mas sem dúvida alguma o advento das grandes navegações marítimas fez com que sua importância crescesse ainda mais. O século XVI assistiu não só a um grande desenvolvimento no comércio, como também a transformações no setor industrial.

À proporção que as instituições feudais iam pouco a pouco perdendo o caráter impositivo, as transformações na sociedade faziam-se mais evidentes.

No século XV já se pode notar, além de mercadores e banqueiros, a formação de uma classe que emprega o trabalho assalariado, todos imunes às regulamentações corporativas.

As modernizações introduzidas na arte da navegação permitem que os horizontes se ampliem. As viagens não mais ficam restritas a limites impostos pelo contacto visual com o

litoral; caminhos inexplorados podem ser agora percorridos, pois a bússola e o astrolábio, são agora de uso rotineiro.

Pouco a pouco vai-se descobrindo o real tamanho do mundo. A Índia é alcançada, por mar, em 1498, fazendo com que o comércio das especiarias destinadas à Europa liberte-se de todas as dificuldades enfrentadas quando feito por terra. A Espanha torna-se a nação hegemônica na Europa após a descoberta de terras na América, graças, principalmente ao ouro e à prata do Peru e México.

Esses acontecimentos têm repercussão acentuada na Europa, pois a grande quantidade de ouro que passa a circular faz com que haja uma alta generalizada nos preços, provocando mudanças nas diversas classes sociais. Os trabalhadores das cidades têm seu poder de compra muito reduzido (3).

De modo semelhante também a nobreza é afetada, pois em sua quase totalidade vivia de rendas, quase sempre fixadas por longos períodos de tempo.

A classe burguesa começa a comprar terras, pois além de constituírem um investimento seguro, representavam um tipo de bem até então possuído só pela nobreza.

À proporção que a burguesia vai aumentando suas propriedades fundiárias, transformações muito importantes começam a ocorrer na agricultura, e em consequência no modo de vida das populações camponesas, pois os novos proprietários esboçam os primeiros movimentos daquilo que veio a ser conhecido co

(3) Entre 1462 e 1602 o poder de compra da moeda na França reduziu-se em 80%. DENIS, Henri. História do Pensamento Econômico. Lisboa, Livros Horizontes, 1978, p. 90.

mo encercamento, isto é, a delimitação de suas propriedades por cercas. A finalidade é a formação de pastagem para a criação de carneiros, a consequência é o desemprego de uma grande massa de camponeses que se deslocam para as cidades criando um conside
rável excedente de mão-de-obra.

A palavra de ordem nas cidades é o combate violento à mendicância e ao desemprego. As populações refugiadas são obrigadas ao trabalho, contribuindo para o aviltamento dos sa
lários.

Paralelamente às transformações econômicas, há mo
dificações políticas de não menos importância. É a época da for
mação dos Estados Nacionais, do surgimento de um poder central que se faça hegemônico em relação às lideranças regionais. Uns após outros vão se formando os Estados unificados, como Ingl
terra, Portugal ou Espanha e já bem mais tarde Itália e Alema
nha.

Não param aí no entanto as transformações, pois no campo intelectual também há grandes ebulições. As concepções medievais são alvo de críticas as mais acirradas. As novas idêi
as, graças à imprensa e ao papel, se propagam com muito maior rapidez.

Pouco a pouco o pensamento de São Tomás de Aqui
no, validado pela Igreja, vai sendo relegado a plano secundá
rio, acontecendo o mesmo com a filosofia de Aristóteles, pois seu pensamento preconiza a imutabilidade dos seres, e a época é de transformações, de negação do conhecido e de procura de no
va ordem. A negação da ordem estabelecida é o que se faz pre
sente.

Assim como nos campos intelectual e científico processam-se reformas, também no domínio da religião várias vozes se fazem ouvir em críticas à Igreja.

Lutero e Calvino surgem como contestadores da autoridade papal.

Ambos são reformadores, mas seus pensamentos se distinguem em alguns aspectos. Enquanto Lutero condena de forma veemente a prática do comércio e o empréstimo a juros, Calvino adota uma posição bastante diferente, admitindo que, desde que honesto, os juros de empréstimos serão legítimos e se os ganhos de comércio não forem exagerados, esta é uma atividade perfeitamente permissível. Estes aspectos da filosofia Calvinista são particularmente auspiciosos para a classe dos comerciantes que se aproveitam da nova realidade e desenvolvem seus negócios.

A Igreja e a filosofia tomista sofrem, à medida que passa o tempo, cada vez maiores e violentas investidas. Emancipar-se do pensamento imposto pela Igreja durante tantos anos é a idéia dominante. Uma a uma caem as imposições e ditames do clero. Até então era a Igreja dotada de valor absoluto. Surgem agora, daqui e dali, contestações a essa concepção. Agora é o Estado que se investe desse poder absoluto.

Nicolau Maquiavel permanece até hoje como exemplo de defensor intransigente de um governo forte, da supremacia do poder temporal e não do espiritual.

O pensamento político torna-se diametralmente oposto ao vigente durante a Idade Média; faz do Estado uma força autônoma, independente, não mais subordinado à Igreja.

Tal pensamento também o defende Lutero quando admite que o Estado deve regulamentar a vida social e defende o direito que os príncipes têm em sufocar a revolta dos camponeses.

Todas essas novas idéias de cunho absolutista encontraram acirrada oposição por parte de outros pensadores que não admitiam a total ingerência do Estado sobre o indivíduo. Argumentavam afirmando não ser admissível a total submissão do indivíduo ao soberano, pois esses possuíam direitos a serem respeitados.

Enquanto no campo político-filosófico o entreccho que dessas idéias se fazia presente, no domínio do pensamento econômico começava a se formar uma doutrina de grande importância que perdura por um longo período de tempo - a doutrina mercantilista.

CAPÍTULO 3

O MERCANTILISMO

Pela primeira vez surge uma teoria da sociedade restrita ao âmbito da economia. Não se pode dizer que tenha havido entre os mercantilistas grandes pensadores, ou que se tivesse criado uma teoria ou desenvolvido alguma obra onde se ordenasse de forma lógica e consistente todo o pensamento econômico conhecido até então. Ao contrário, os principais escritores mercantilistas eram em sua grande parte mercadores, financeiros, homens de negócios e suas idéias eram expostas frequen

temente sob a forma de panfletos.

Após o desaparecimento do poder absoluto da Igreja sobre a sociedade, passam os indivíduos a agirem com mais liberdade. Durante séculos as atividades econômicas foram reprimidas por regulamentações de caráter religioso; agora no entanto elas se manifestam abertamente e o objetivo a ser alcançado é a riqueza, não para todos, mas para uma parcela constituída por comerciantes e financistas.

Apesar de os mercantilistas não haverem formado um pensamento uno, apesar das divergências entre muitos deles, há um aspecto onde existe unanimidade - todos enfatizavam de forma veemente a necessidade da existência de um Estado unificado e poderoso.

Tanto o mercantilismo inglês quanto o cameralismo alemão, durante a maior parte do período de existência, usaram de métodos para que se concretizasse a Staatsbildung, a formação do Estado. Tais práticas são mais facilmente observáveis na Alemanha, pois enquanto França e Inglaterra tomavam formas de Estados unificados, os vários principados alemães ainda se degladiavam entre si para obtenção da supremacia numa futura Alemanha unificada. O nacionalismo alemão não poderia existir enquanto existissem principados independentes.

Os objetivos do Estado dominavam a tudo e a todos e a filosofia cameralista era assentada no princípio da predominância dos interesses da comunidade sobre o dos indivíduos. Pode-se dizer que o cameralismo foi mais uma teoria política do que econômica.

Havia entre mercantilistas e Estado interesses

profundos e bem definidos. Por trás da ideologia do Estado absoluto havia grandes interesses em jogo, pois somente com um Estado forte, quer em terra, quer no mar, poderiam os mercadores contar com a proteção indispensável à realização de seus negócios.

Por outro lado o soberano teria a seu lado uma classe dominante, que através da propagação de suas idéias daria ao Estado o poder de tributar, além de permitir, sem contestação, que ele dispusesse da quantidade de homens necessária à composição de seu poderio militar.

As relações entre Estado e indivíduos e as destes entre si não que se pautar sob o ponto de vista econômico. A sociedade não mais se assenta em bases religiosas ou éticas e o domínio do Estado sobre todos é integralmente reconhecido, sendo sua supremacia tanto maior quanto mais numerosa for sua população, pois de sua grandeza dependerá seu poderio militar.

A compreensão das idéias mercantilistas faz-se mais clara quando examinamos o que um de seus representantes, o francês Antoine de Montchrestien escreveu em 1616. No Tratado de Economia Política defende a busca da riqueza como forma da atividade humana. "Mas para que trabalhar, pensa Montchrestien, senão para produzir riquezas? A felicidade dos homens consiste principalmente na riqueza, e a riqueza, no trabalho"(4).

Os mercadores são por ele vistos como aqueles que realizam as atividades mais importantes na sociedade, assim sendo, "se a atividade do mercador é a mais excelente, segue-se que é louvável o seu desejo de lucro" (5).

(4) MONTCHRESTIEN, Antoine. Tratado de Economia Política. Citado de DENIS, H. História... p. 104

(5) DENIS, H. História... p. 104

Essas idéias exprimem a supremacia das atividades econômicas na sociedade. Montchrestien posiciona-se frontalmente contra o pensamento aristotélico que relegava a plano secundário a parte consagrada à produção, aceitando-a simplesmente como a gerência do lar; entende que o Estado deve estimular a produção e as trocas. Apesar das divergências entre os diversos escritores, alguns princípios básicos são comuns a toda teoria mercantilista e podemos citá-los para que o âmago do pensamento fique por eles resumido:

- "1. Os metais preciosos constituem a mais desejável forma de riqueza nacional;
2. Se uma nação não possui recursos naturais em metais preciosos, o principal meio de os conseguir é o comércio;
3. A fim de se acumular metais preciosos, a balança comercial deve ser favorável;
4. As colônias podem ser úteis como mercados para exportação e como fontes de abastecimento de matérias-primas e mesmos metais preciosos;
5. As colônias só podem abastecer as metrópoles às quais pertençam: é proibida a manufatura na colônia por temor de prejudicar o mercado da metrópole e de se esgotar o suprimento de matérias-primas" (6).

Temos agora de forma definida todo o pensamento mercantilista. Apesar de encontrarmos entre os diversos escri

(6) BELL, Fred John. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 84.

tores da época idéias às vezes não coincidentes sobre o mesmo assunto, não formando um sistema ordenado e coerente, o fato é que dentro de certos limites havia concordância entre os diversos escritores.

Constatado através da evolução do pensamento que as idéias se deslocaram de um para outro extremo - da supremacia da religiosidade e da Igreja para a hegemonia do Estado e das atividades econômicas, onde o desejo de riqueza prevalece sobre os demais valores, falta agora mostrar o curso da ação desencadeada para o alcance do objetivo.

O panorama na Europa é extremamente dinâmico. Está sendo desenvolvido e cada vez ganha mais impulso o modo capitalista de produção. A classe capitalista tem vários problemas a resolver e os soluciona de modo lógico e sistemático.

Um deles é conseguir força de trabalho para empregar. De certa forma a prática do encarceramento ajuda em muito a resolvê-lo, pois aqueles camponeses que de uma maneira ou de outra não conseguiram continuar estabelecidos no meio rural, trabalhando no levantamento de cercas ou em outras atividades, são obrigados a se deslocarem para as cidades à procura de emprego nas manufaturas.

Além do que, eram os mercantilistas ardorosos defensores de uma grande população, que mantida a níveis de subsistência permitia a realização de lucros volumosos. A ideologia dominante era a de que o trabalho deveria começar cedo. A partir dos seis anos de idade as crianças eram incorporadas à força de trabalho para que não viessem mais tarde se transformar em indolentes. Acrescente-se ainda a violenta repressão à

vagabundagem para desencorajar o desemprego voluntário, aumentando assim o contingente à disposição dos empreendedores homens de indústria.

Um segundo problema a ser resolvido surge em consequência do aumento da produção provocado pelo espírito de acumulação da classe capitalista, aumento de produção quer na indústria, quer na agricultura, com as terras agora sendo trabalhadas não mais como anteriormente, mas sim obedecendo a princípios que exigiam maior produtividade, pois não mais pertenciam aos antigos senhores, com seu séquito de agregados parasitas e sim a novos donos empreendedores e mais diligentes. O problema agora é de mercado.

Os empreendimentos comerciais solucionam a questão enveredando pelo comércio internacional, trazendo para a Europa mercadorias de alto valor que revendem com lucros. Particularmente os ingleses obtiveram vantagens significativas através do comércio internacional, funcionando a Inglaterra como entreposto reexportador de mercadorias, até então exóticas, trazidas por seus navios.

Aqueles que exploravam atividades agrícolas e manufatureiras também necessitavam de mercados, mas o problema aí era diferente. Ao passo que os comerciantes manipulavam com mercadorias de luxo, a produção, quer agrícola, quer industrial, era constituída basicamente de bens inelásticos. Como consequência nasce a busca de mercados distantes, fora do país, fora do continente e é este mercado que ao abrir suas portas proporciona o rápido desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A luta pela conquista de novos mercados é drama

tica, é ponto vital para a multiplicação e perpetuação do sistema, daí a importância do estabelecimento de colônias.

Ao analisarmos os tipos de problemas surgidos e os interesses do Estado e dos mercantilistas, veremos que há perfeita identidade de pensamento para a solução dos mesmos.

Se por um lado, a existência de uma população numerosa atendia de forma adequada aos anseios dos mercantilistas, constituindo fonte de força de trabalho e consumidora de parte da produção, por outro servia aos interesses do Estado como fonte de homens para constituição de exércitos.

Também para a resolução do problema de mercados encontramos a mesma sintonia. Mercados novos muitas vezes tiveram que ser conquistados pelas armas e para tal havia necessidade de um Estado forte, com poderoso exército e marinha e para isto encontrava integral apoio na doutrina mercantilista, que privilegiava o poder absoluto do Estado sobre a sociedade. Dependiam mais uma vez um do outro.

Há assim um entrelaçamento muito grande entre os interesses dos mercantilistas e os do Estado, fazendo com que os primeiros privilegiem a supremacia absoluta do segundo e este apóie de maneira incontestável as iniciativas daqueles. Aí está o porquê do não florescimento de idéias liberais a essa época.

Os capitalistas emergentes buscavam riquezas, o Estado poder e as riquezas dos primeiros eram conseguidas pelos mesmos meios que asseguravam poder ao Estado.

Podemos dizer que o desenvolvimento das indústrias de exportação constituíam para os mercadores o fim em si, ao

passo que para o Estado constituía um meio para alcançar seu fim verdadeiro, ou seja, o poder, através da abundância de homens e dinheiro, que por sua vez constituíam o meio para os mercadores alcançarem o fim desejado que é o desenvolvimento da indústria e do comércio.

Uma das críticas mais freqüentes feitas aos mercantilistas, encontrada em grande número de textos é aquela relativa ao conceito que eles faziam de riqueza, que era entendida como função da quantidade da moeda em circulação na economia.

É fácil perceber-se que esse tipo de concepção, hoje encarado com certa severidade e às vezes enfatizado como um ponto fraco do período, à época não constituía uma ingenuidade tão grande, pois viam eles uma correlação perfeita entre a quantidade de moeda e as facilidades de financiamentos para aumento da produção e do comércio.

Por outro lado devemos também levar em consideração que o poder do Estado de muito dependia do estoque monetário, pois em suas constantes lutas externas, precisava de recursos para financiar suas atividades.

CAPÍTULO 4

EXPANSÃO DOS MERCADOS

Para que houvesse um constante aumento da produção industrial e do comércio, era preciso a existência de mercados onde as trocas pudessem ser realizadas. Quando no então

to, analisamos o universo geográfico europeu, deparamos que por volta do século XVII e início do século XVIII ele era incompatível com grandes transações comerciais, pois a maioria das diversas regiões produziam o suficiente para sua subsistência, além do que, aquelas regiões de mesma latitude produziam praticamente os mesmos produtos agrícolas. Para expandir o comércio e através dele a produção industrial, havia necessidade da criação de novos mercados.

Ora, parte do mundo não europeu já estava dividido, pois Espanha e Portugal possuíam grande parte das terras do novo continente e a própria Inglaterra tinha suas colônias nessa parte do mundo.

Entretanto o poder de compra desse novo mundo era muito baixo, além de o monopólio do comércio pertencer aos países colonizadores, o que deixava a França numa posição extremamente desvantajosa.

A Inglaterra necessitava de forma vital do comércio exterior, pois não era privilegiadamente rica quanto a recursos naturais e, após uma gradativa transformação na utilização da terra, o que possibilitou o aparecimento de uma manufatura de lã, dependia basicamente desse produto como fonte de receita no comércio internacional, pois nos mercados do século XVIII os tecidos de lã ainda representavam mais da metade do valor exportado pela Inglaterra.

Mas não ficava a Inglaterra dependente de somente um produto de exportação. Suas colônias no novo mundo contribuíam de maneira decisiva para sua riqueza e transformação econômica.

Já Adam Smith nos fala que a prosperidade de uma nova colônia depende de um único fator econômico - a abundância de boa terra (7). Parece-nos no entanto que Smith não tem toda razão de seu lado, pois não só a boa terra é suficiente quando o colonizador deseja apropriar-se do máximo possível do excedente produzido na colônia.

Quando se aliam boa qualidade de terra e o profundo sentimento de sua propriedade por um homem livre, geralmente a empresa colonial não produz os frutos desejados.

Um grande capitalista inglês, Sir Peel, embarcou para a Austrália levando 50.000 libras esterlinas e 300 trabalhadores para se estabelecer na colônia de Swan River. Na Austrália, onde a terra era abundante, os trabalhadores optaram logicamente por trabalharem para si, de modo que dentro de pouco tempo transformaram-se em pequenos proprietários, ficando o capitalista sem um serviçal pelo menos (8).

É fato que esses pequenos proprietários irão criar um produto, mas o colonizador não empreenderá esforços nem correrá riscos financeiros para estabelecer nas colônias pequenos empreendimentos agrícolas ou comerciais.

De forma análoga agiram os povoadores da Nova Inglaterra, que se estabeleceram em pequenas propriedades produzindo os mesmos produtos europeus.

Diferente era porém a situação do sul dos Estados

(7) SMITH, Adam. Investigacion de la Naturaleza y Causas de La Riqueza de las Naciones. Madri, Aguilar, 1956. p. 470, 471.

(8) H. Merivale. Lectures on Colonization and Colonies. Oxford, 1928, p. 262; citado de WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão. Rio de Janeiro, Americana, 1975, p.9.

Unidos e das Antilhas. Ao passo em que as regiões setentrionais do continente americano se prestam para uma economia auto-suficiente e diversificada, o mesmo não acontece naquelas regiões do continente americano ou nas ilhas do mar das Antilhas produtoras de cana-de-açúcar, fumo e algodão.

Na primeira dessas regiões pode-se praticar, à semelhança da Europa, uma agricultura intensiva, onde as propriedades são pequenas, requerendo pouca mão-de-obra; na segunda das regiões no entanto, a exploração agrícola assumirá caráter totalmente diverso, pois é aí que se desenvolverá aquele tipo de exploração que, ao produzir mercadorias de elevado valor no continente europeu, proporcionará aos colonizadores os ganhos desejados para financiamento de outros empreendimentos.

O caráter que assume a exploração do algodão, fumo e cana é o de plantation. Grandes áreas cultivadas para a produção em grandes quantidades que compensassem o transporte para a Europa.

Mais uma vez o pragmatismo se faz presente para a resolução do problema de como produzir em grande escala numa região distante e com população rarefeita.

O individualismo do capitalista empreendedor guiando sua empresa individual, acumulando e reaplicando seus ganhos com o correr dos anos deveria dar lugar ao capitalista que produziria em grande escala.

O sistema de plantation foi organizado com base no elemento escravo. A escravidão foi reinventada. Houve necessidade de se vitalizar o trabalho servil para que não ocorressem dissabores passados por Sir Peel na Austrália.

Primeiramente nas Antilhas e a seguir no conti
nente americano foram os escravos introduzidos como solução pa
ra um problema estritamente econômico - produzir em larga esca
la para o comércio internacional.

Mais um passo é dado para o desenvolvimento do
sistema capitalista da Europa. Por um lado os negros eram rou
bados à África para serem explorados em terras da América rou
badas aos índios. Dupla exploração, dupla forma de apropriação
primitiva, natural no advento do capitalismo.

Virgínia, Maryland, Carolina, Texas, Barbados,
Jamaica, São Domingos e Cuba, todos conheceram o regime esca
vista, onde se o trabalho é pouco produtivo, onde se a inefici
ência do escravo é conhecida, propicia, apesar das desvantagens,
enormes ganhos pelo fato de as áreas plantadas serem grandes e
o valor dos produtos cultivados serem altos na Europa.

Não se pense no entanto que o tráfico de esca
vos praticado pela Inglaterra tenha começado tão tarde. Já em
1562, Sir John Hawkins realizou a primeira expedição inglesa
com intuito de aprisionar escravos, contrariando decisão papal
de 1493 que dava a Portugal o domínio sobre a África.

A partir daí, o tráfico inglês de escravos se man
teve intermitente até que, com o estabelecimento de colônias
nas Antilhas e o início da exploração da cana-de-açúcar, ele se
revigorou e tomou impulso, sendo mesmo criada a companhia dos
Empreendimentos Reais, em 1663, que deteria por mil anos o mo
nopólio do tráfico de escravos, monopólio perdido em 1698.

As plantations do Novo Mundo eram sorvedouro ines
gotável de negros escravos e a Inglaterra a cada ano que passa

va aumentava sua participação no tráfico, não só para suas colônias, como também para colônias espanholas, pois, obedecendo rigorosamente a decisão papal que concedia a África a Portugal, os espanhóis dela se afastaram.

Somente no ano de 1760, Bristol enviou para as plantações de cana 160.950 escravos (9). Calcula-se que todas as exportações britânicas para as suas colônias, entre os anos de 1680 e 1786, foi superior a dois milhões (10).

Durante a Guerra dos Sete Anos, os ingleses ocuparam Cuba por nove meses e aí introduziram 10.700 escravos (11).

Agiu a frota britânica com inteira liberdade tornando-se a Inglaterra a maior traficante de escravos do mundo.

Não só a Inglaterra participava do tráfico de negros; Portugal, França e Holanda também, sendo esta uma grande rival dos ingleses no transporte de escravos. A própria Igreja, a título da conversão dos pagãos, apoiava a escravidão e muitos jesuítas, franciscanos e dominicanos estavam empenhados no cultivo da cana, o que significava uso de escravos.

Não há que se questionar da moralidade ou da falta de piedade no tráfico de escravos. Foi ele feito por comerciantes, por reis e rainhas; foi ele defendido pela Igreja, quer católica, quer protestante. Qualquer explicação que se queira dar implicando conceitos de valor será falsa ou mesmo

(9) J., Latimer. Annals of Bristol in Eighteenth Century. Bristol, 1893. p. 271; citado de WILLIAMS, E. Capitalismo... p. 37.

(10) PITMAN. The Development of the British West Indies - 1700 - 1763. New Haven, 1917. p. 67; citado de WILLIAMS, E. Capitalismo... p. 38.

(11) H.H.S., Aimes. A History of Slavery in Cuba, 1511 to 1868. New York, 1907, p. 33, 269; citado de WILLIAMS, E. Capitalismo... p. 38, 39.

hipócrita. O tráfico de escravos existiu porque foi necessário. Foi através dele que cidades como Liverpool tomaram impulso e se transformaram em centros econômicos-financeiros respeitáveis; foi através dele que o açúcar, o café, o algodão chegaram à Europa, proporcionando ganhos consideráveis aos empreendedores do ramo; foi através dele que a acumulação na Europa foi grandemente facilitada.

Temos agora toda uma grande engrenagem montada. Montagem dispendiosa, onde o volume de capital é extremamente elevado, onde os riscos são muito grandes e onde seus idealizadores não estão dispostos a prejuízos.

Para que o sistema produza o que dele se espera - lucros, é necessário somente que comece a funcionar. E assim foi feito.

Provavelmente tenha Adam Smith percebido a grande dificuldade enfrentada pela Inglaterra ao ter praticamente a lã e seus tecidos como suas principais mercadorias a serem oferecidas ao comércio exterior e por esse motivo tenha assinalado com indisfarçável satisfação que "os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade" tenham sido a descoberta da América e a rota para a Índia através do Cabo da Boa Esperança. Continua ainda afirmando que a importância da América não se deve aos metais, mas sim ao novo e inesgotável mercado que propiciou às mercadorias produzidas na Europa. Entre as conseqüências mais importantes foi "elevar o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que de outro modo não teria sido alcançado" (12).

(12) SMITH, A. A Riqueza... p. 415, 416 e 590, 591.

O esplendor e a glória, a acumulação e a riqueza, a movimentação de toda a engrenagem fez-se através do comércio triangular.

Após as plantações inglesas em suas colônias da América passarem a produzir em quantidade considerável aquelas mercadorias que na Europa tinham não só grande aceitação como valor, tais como fumo, algodão, açúcar, anil e madeiras corantes, passou a Inglaterra a ter uma pauta de exportações bem diversificada.

As importações inglesas feitas da Europa não se destinavam ao consumo ostentatório, mas sim às atividades vitais de sua economia, pois comprava madeiras, cânhamo, piche, ferro, necessários a seus navios, necessários a seus armamentos. A inelasticidade dos tecidos de lã tornava penosa a comercialização com o continente.

Não fora as colônias, os artigos tropicais seriam para a Inglaterra mercadorias quase inacessíveis, pois para pagá-los possuía tecidos de lã.

A solução encontrada para criar espaço vital para a manufatura inglesa, foi transformar a Inglaterra em um grande centro exportador-importador das mais variadas mercadorias tendo a maior parte do mundo como mercado fornecedor ou consumidor.

Assim sendo, panos de algodão da Índia, armas, quinquilharias, ferragens, bebidas, eram enviados para a África e lã trocados por escravos, ouro e marfim. Os escravos eram conduzidos às colônias na América, onde vendidos propiciavam a obtenção de açúcar, fumo, algodão bruto, madeiras e corantes.

Para o Oriente eram enviados o ouro e marfim para obtenção de chá, café, sedas e outros artigos de valor.

Os artigos tropicais eram comercializados no continente europeu para pagamento daquilo que de lá necessitasse a Inglaterra.

Os ganhos obtidos eram substanciais, pois os lucros principiavam no litoral africano proporcionados pelos negros, continuavam com a venda dos negros para os latifúndios e finalizavam na revenda dos produtos tropicais na Europa.

Os produtos brutos importados proporcionavam que surgisse na Inglaterra a diversificação da indústria, pois era necessário que surgissem outras, não ligadas ao setor têxtil para o beneficiamento desses produtos. Por outro lado, os latifun^ddiários permanecendo nas colônias, juntamente com o contingente de escravos que aumentava com o passar do tempo, constituíam mercado cativo da indústria inglesa.

Sem dúvida que os lucros obtidos constituíram uma das principais fontes de acumulação para o financiamento da Revolução Industrial, ou seja, o início da ascensão do modo capi^{ta}lista de produzir.

Todas essas transações comerciais tinham Londres como o centro nervoso. Seus ancoradouros, armazéns, bancos, especialistas em seguros marítimos, contribuía para que lá se concentrasse uma grande riqueza.

Não se pode atribuir o desenvolvimento da Inglterra única e exclusivamente aos ganhos obtidos com o comércio exterior. Sem dúvida alguma constituíram fontes apreciáveis de recursos, obtidos em grande parte através da acumulação primi

tiva, mas há que considerar também algumas transformações internas ocorridas na Inglaterra que possibilitaram que a rentabilidade do estoque de capital acumulado fosse em muitas vezes multiplicada.

A verdadeira revolução no meio de transportes constituiu sem dúvida importante fator que acelerou o processo de industrialização.

As estradas inglesas constituíram, por sua péssima qualidade, durante muitos anos, sérios impecílios ao transporte de mercadorias.

Fora a Grã-Bretanha depender das rodovias para escoar as mercadorias produzidas, provavelmente teria retardado seu desenvolvimento. Entretanto, por sua conformação geogrâfica, dispunha a Inglaterra de uma grande vantagem sobre os demais países, pois, além de não apresentar em nenhuma parte de seu território, distâncias superiores a 100km até o mar, possuía uma rede considerável de rios que, se não totalmente navegáveis, passaram a sê-lo através de obras de engenharia, que também foram utilizadas para a abertura de canais navegáveis através do país, transformando a Inglaterra numa economia integrada, tirando-a da fase de economia assentada em bases regionais.

O comércio internacional além de fazer com que algumas cidades inglesas, como Bristol e Liverpool se transformassem em grandes centros econômicos, em virtude basicamente do tráfico de escravos, trouxe à Inglaterra outras vantagens não menos apreciáveis.

Em primeiro lugar, constata-se que ele fez com

que aumentasse a procura por produtos produzidos na Inglaterra. A especialização, como bem frizou Adam Smith, depende fundamentalmente da amplitude do mercado. Sem que haja mercado não é possível a fabricação em escala e a conseqüente queda nos custos de produção e preços de modo a tornar o bem acessível à grande parte da população.

Uma dificuldade adicional entretanto encontrava a Inglaterra, pois, não possuindo vastos recursos naturais nem uma extensão apreciável, não tinha como gerar internamente os meios para um desenvolvimento eminentemente endógeno. A procura de mercado tornava-se um objetivo imperioso para vencer o obstáculo da reduzida área e da relativa escassez de recursos naturais.

A colocação dos manufaturados de lã no exterior significava então emprego regular para tecelões e outros profissionais do ramo. De forma análoga, as exportações britânicas de outros produtos traziam como conseqüência novos investimentos, inovações e traziam aumento do poder aquisitivo interno.

Por outro lado, as relações com o exterior permitiram que a Inglaterra, através de importações, adquirisse matérias-primas do exterior que contribuíram não só para diversificar a produção britânica, como também para baratear os produtos de sua fabricação. Talvez o exemplo mais significativo entre as matérias-primas tenha sido o algodão, pois, ao recebê-lo em bruto, transformava-o em produtos manufaturados, conseguindo desse modo libertar-se da incômoda dependência da lã.

Ganhava ainda a Inglaterra ao oferecer câmbio e

crédito a seus parceiros para que adquirissem maiores quantidades de seus produtos.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES DE ALGUNS PENSADORES SOBRE O MERCANTILISMO

Portugueses e espanhóis lançaram-se ao mar e construíram as bases nos séculos XV e XVI para o comércio internacional.

Partiram para as grandes conquistas antes de outros países europeus, procurando, ambas as nações reservarem para si toda a opulência resultante da fase recém-inaugurada.

Particularmente a Espanha que encontrou ouro e prata no Novo Mundo pouco tempo depois das descobertas, tomou uma série de medidas com a finalidade de o Estado monopolizar inteiramente o comércio com as colônias. Como consequência do monopólio, o que se verifica é a ruína tanto da indústria, quanto do comércio privados, passando as terras para as mãos do clero e da nobreza e ingressando as pessoas mais evoluídas e capazes para a administração.

Em toda a Europa o desenvolvimento das atividades produtivas se desenvolve às custas do poder do Estado que protege fortemente a indústria nacional, além de participar ativamente na obtenção de tratados de comércio favoráveis, assegurando monopólios e comércio privilegiado. As lutas entre as potências européias pela hegemonia no continente seguem de manei

ra sistemática a doutrina de Maquiavel.

Também a França se faz presente na exploração e divisão do mundo além Europa. Através de várias companhias de colonização, apossam-se de Martinica, Guadalupe e Dominicana, cria no Senegal um estabelecimento destinado ao tráfico negreiro, além de se apossarem do Marrocos, havendo dali expulso os portugueses, e de Madagascar.

A figura de Colbert é sem dúvida marcante nessa fase de acumulação inicial da França, mas o contraste existente entre as cortes francesa e inglesa, fazem com que esta consiga melhores êxitos em menor tempo.

Apesar de Colbert iniciar na França uma política de proteção à manufatura, incentivando o surgimento de novas indústrias orientadas para a exportação, o absolutismo de Luiz XIV e o fausto de sua corte, não permitiam o surgimento de uma classe mercantil poderosa que viesse mais tarde ascender à condição de capitalistas.

Uma situação como essa era incompatível com o regime vigente na Inglaterra, pois o poder do rei é limitado pela classe mais elevada, é limitado por aqueles que são contrários ao exagerado poder do monarca. Tal postura já é antiga, haja vista a Constituição que João Sem Terra foi obrigado a jurar em 1215. Tais atitudes nunca deixaram de existir na Inglaterra, até que em 1688, é imposta a Guilherme III o Bill dos Direitos, onde é assegurado ao Parlamento a supremacia, não só para a elaboração de leis, como também, para o trato de assuntos financeiros.

Foi sob a égide do pensamento mercantilista que

os países europeus, particularmente a Inglaterra, conseguiram sair de um estado letárgico vivido durante a época feudal e se transformarem em economias em franca transformação rumo ao modo capitalista de produção.

Aquelas nações como Portugal e Espanha que não conseguiram estabelecer uma política mercantilista agressiva apesar de deterem por algum tempo situações privilegiadas perante os demais, tornaram-se caudatários no processo de industrialização. Países outros da Europa Central e a Rússia ainda apresentavam, à época dessas transformações, regime de servidão dentro de suas fronteiras.

Apesar das severas críticas lançadas contra os mercantilistas, o fato é que propiciaram as prê-condições para o advento do período industrial.

Muitos são os manuais que tecem considerações críticas aos mercantilistas, muitas vezes apresentando-os como ingênuos e incapazes de concatenar uma teoria econômica realmente coerente.

Para se entender o quanto o período mercantilista foi importante para proporcionar a acumulação necessária à futura industrialização inglesa, basta ler a descrição feita por Adam Smith sobre o comportamento dos nobres proprietários de terras em contraste com a classe dos comerciantes que a partir de uma determinada época passaram a adquirir terra para obtenção de prestígio e reconhecimento social (13).

Detém-se Adam Smith a descrever como pouco a pou

(13) SMITH, A. A Riqueza... p. 339 e seguintes.

co foram os senhores de terras perdendo suas propriedades a poderio até chegar ao ponto de não mais ostentarem a importância e o temor de tempos mais antigos.

O processo descrito é lento, mas a tecitura das transformações é realizada pela classe de comerciantes, pela classe daqueles que estão mais ou menos diretamente envolvidos com o comércio exterior, mais empreendedores, que visam ao lucro, desprovidos de séquitos ociosos e de perdulários apaniguados.

Apesar de reconhecer a importância que o comércio desempenhou para a transformação da estrutura fundiária de caráter feudal numa outra onde o proprietário é mais industrial e produtivo, Adam Smith critica não só a maneira pela qual foi realizado o comércio, como também o conceito de riqueza vigente à época, ou seja, o equiparar quantidade de metais preciosos com riqueza. Assim é que, em certo trecho de sua obra comenta: "supõe-se que um país rico é um país em que abunda o dinheiro, o mesmo que ocorre com o homem rico; e também se supõe que o amealhar ouro e prata em um país constitui o meio mais fácil de enriquecê-lo" (14).

Mais adiante continua dizendo que: "a atenção do Governo (da Inglaterra) se desviou da vigilância contra a exportação de ouro e de prata, para fixar-se em uma balança comercial, como causa única que produzia o aumento ou diminuição dos ditos metais. De uma preocupação estéril passou o governo a outra muito mais intrincada, muito mais embaraçosa e estéril quanto à anterior. O título do livro de Mun, A riqueza da Inglater-

(14) SMITH, A. A Riqueza... p. 354.

ra no Comércio Exterior, se converteu em máxima fundamental da economia política, não só na Inglaterra, como em todos os demais países comerciais. O comércio interior, o mais importante de todos, o que com capitais iguais proporciona maior renda e produz a maior quantidade de trabalho aos habitantes do país, passou a ser considerado apenas como subsidiário do comércio exterior. Dizia-se que este comércio não trazia dinheiro algum para o país, nem tão pouco o tirava do mesmo; por conseguinte o país não podia nunca nem enriquecer-se nem empobrecer-se com ele, se não enquanto sua prosperidade ou decadência repercutia de uma maneira indireta sobre a situação do comércio exterior" (15). Mais adiante ainda, defendendo a liberdade de comércio, acrescentava: "nós estamos muito seguros de que a liberdade de comércio nos proporcionará sempre o vinho de que necessitamos, sem que o governo se preocupe com ele; e também podemos confiar com a mesma tranquilidade que nos proporcionará todo ouro e a prata que podemos nos permitir comprar ou empregar, que seja para a circulação de nossos artigos como para outros usos" (16).

Ora, se Adam Smith por um lado defendia a liberdade de comércio, criticando acirradamente todas e quaisquer barreiras impostas à livre circulação das mercadorias, por outro esquivava-se de que a grande acumulação de capital realizava pelos países europeus, particularmente Holanda, França e Inglaterra, principalmente esta última, fora conseguida não às custas de uma política de laissez faire.

A grande acumulação de capital não foi feita por

(15) SMITH, A. A Riqueza... p. 358.

(16) SMITH, A. A Riqueza... p. 359.

aquele indivíduo que "por procurar o seu próprio interesse, frequentemente promove o interesse da sociedade mais eficientemente do que quando realmente procura promovê-lo" (17).

Foi conseguida através de uma política deliberada de formação do Estado Nacional; de uma exploração sistemática e planejada de todas as oportunidades oferecidas; foi conseguida através das sucessivas vantagens conseguidas nas relações com os parceiros; foi obtida pelo uso sistemático e planejado da acumulação primitiva, com a reutilização do trabalho escravo; às custas do monopólio e do poder das armas.

É verdade que à época em que Adam Smith escrevia sua obra, via, através da janela em Glasgow um mundo em transformação, uma sociedade que se tornava cada vez mais contestadora, clamando por liberalismo, por menor participação do Estado no curso dos acontecimentos.

Desde há muito se escrevia contra o mercantilismo diretamente ou então as idéias expostas eram tais que se chocavam com o sistema mercantilista.

Thomas Hobbes, já em 1651, no seu Leviathan defende a liberdade de comércio como uma lei natural, sendo no entanto a favor do absolutismo monárquico, contrastando com o pensamento de John Locke que defende, em 1690 as vantagens da monarquia parlamentar, sustentando a existência de direitos individuais que devem ser respeitados, tais como a integridade pessoal e o direito de propriedade.

Para que a idéia de que há uma lei natural que

(17) SMITH, A. A Riqueza... p. 400.

rege o corpo econômico das sociedades seja imposta, há que se combater a concepção do Estado mercantilista e romper com o intervencionismo estatal.

Uma contestação veemente ao mercantilismo e à intervenção do Estado no sistema econômico encontramos em Pierre Le Pesant, senhor de Boisguillebert.

Propõe uma ampla reforma fiscal na França, insurgindo-se contra a isenção de impostos de que gozavam as classes superiores, além de criticar os impostos indiretos e as tarifas aduaneiras, tanto internas, quanto externas. Escreve Boisguillebert: "o consumo é a fonte do desenvolvimento e da riqueza; é necessário suprimir, portanto, os impostos que, limitam a procura dos produtos... O consumo cessou, porque se tornou absolutamente negado e impossível" (18).

Boisguillebert deseja aumentar a produção interna da França e julga que o conseguirá livrando a produção de todos os entraves tributários, o que proporcionará a existência de livres mercados e o estabelecimento de um equilíbrio natural dos preços, atingindo dessa forma um máximo de produção.

A formação da riqueza está, em seu pensamento, assentada na formação de preços normais.

O modo de pensar agora já é totalmente diverso e antagônico ao dos mercantilistas, que defendiam a importância do comércio internacional como fonte de acumulação de riqueza.

A violenta crítica feita por Boisguillebert ao

(18) As Particularidades da França, citado de Economistes Financiers du XVII siècle, Paris, 1843, p. 180, 181; citado de DENIS, H. História... p. 148.

mercantilismo fez com que não levasse em conta a importante contribuição que o comércio exterior desempenhou no processo de acumulação dos países europeus. Sua análise é incompleta, mas expõe de forma clara as idéias cada vez mais freqüentes bradando contra o sistema mercantilista.

Richard de Cantillon, banqueiro inglês, também escreve contra as idéias mercantilistas, assegurando que a riqueza trazida pela balança comercial favorável faz com que o consumo vá pouco a pouco aumentando, o que faz necessário uma importação maior de mercadorias estrangeiras, contribuindo para que parte da riqueza acumulada seja gasta nessas compras. Por outro lado, o trabalho operário terá seu salário aumentado, o que acarretará aumento nos preços dos bens manufaturados internamente, levando os outros países a fabricá-lo, ao invés de comprá-los. Dessa forma o país que se enriqueceu com o comércio internacional começa a perder seus clientes (19).

Se por um lado Cantillon concebe a idéia daquilo que mais tarde seria conhecido como processo substitutivo de importações, por outro, ao continuar sua descrição das conseqüências causadas pelo sistema mercantilista, traça uma linha de causas e conseqüências que poderíamos reconhecer como um esboço de ciclo econômico, pois afirma: "... mesmo quando o Estado em questão possa conservar uma balança comercial na sua maior abundância de dinheiro, pode supor-se verossimilmente que esta abundância não acontece sem que haja muitos particulares opulentos que se lancem ao luxo. Comprarão quadros, pedrarias do es

(19) CANTILLON, Richard. Essai sur la Nature du Commerce en General. Paris, 1952, p. 104; citado de DENIS, H. História... p. 152.

trangeiro, quererão ter suas sedas e outras raridades, coloca rão o Estado num tal hábito de luxo que, apesar das vantagens do seu comércio ordinário, o seu dinheiro escoar-se-á anualmente para o estrangeiro com o pagamento desse mesmo luxo. Isto levará o Estado a empobrecer gradualmente e fazê-lo passar de um grande poder a uma grande fraqueza.

Quando o Estado atingiu o mais alto ponto da riqueza - eu suponho sempre que a riqueza comparativa dos Estados consiste principalmente nas quantidades respectivas de dinheiro que possuem -, não deixará de recair na pobreza pelo curso ordinário das coisas. A maior abundância de dinheiro, que faz, enquanto dura, o poder dos Estados, lança-os, insensível, mas gradualmente, na indigência" (20).

Dentre os grandes pensadores, David Hume, considerado o maior filósofo inglês de seu tempo, havendo seus escritos influenciado o pensamento de Adam Smith compreende muito bem o papel representado pelo comércio internacional para o desenvolvimento econômico. Em seus discursos Políticos, num total de oito ensaios sobre assuntos de natureza econômica, escreve, no intitulado Do Comércio, sobre a importância das transações internacionais para o desenvolvimento do Estado, analisando a matéria sobre vários aspectos. Assim é que escreve:

"O mesmo gênero de raciocínio nos mostrará a vantagem do comércio com o estrangeiro do ponto de vista do aumento do poder do Estado, assim como do das riquezas e da felicidade dos súditos.

(20) CANTILLON, R. Essai... p. 101, 102; citado de DENIS, H. História... p. 153.

Aumenta a quantidade de trabalho na nação e o soberano pode orientar a parte julgada necessária para o serviço do Estado. O comércio com o estrangeiro, pelas suas importações, alcança matérias-primas para novas manufaturas; e, pelas suas exportações, engendra trabalho incorporado nas mercadorias particulares que não poderiam ser consu- midas no país. Em suma, um reino que tem importa- ções e exportações abundantes tem de possuir mais indústria, e da que se ocupa de coisas luxuosas e delicadas, do que um reino que se contenta com as suas mercadorias nacionais. É, portanto, mais poderoso, assim como mais rico e mais feliz. As indústrias tiram um lucro dessas mercadorias na medida em que satisfazem os sentidos e os dese- jos. E também o Estado está a ganhar, dado que uma maior quantidade de trabalho é por este meio posta em reserva tendo em vista todas as necessi- dades públicas, ou, então, dado que é mantido um maior número de homens laboriosos que podem ser utilizados no serviço do Estado sem que nada se- ja retirado das coisas necessárias à vida ou mes- mo das principais coisas úteis.

Se consultarmos a história, veremos que, na maior parte das nações, o comércio com o estrangeiro precedeu cada progresso das manufaturas na- cionais e deu origem ao luxo doméstico. É maior a tentação de usar mercadorias estrangeiras, que são imediatamente utilizáveis e que são inteira.

mente novas para nós, do que introduzir melhoramento em qualquer mercadoria nacional, o que exige sempre tempo e nunca nos faz sentir a atração da novidade. Há igualmente grandes lucros a realizar na exportação do que é supérfluo no país e que não tem preço nos países estrangeiros onde o solo e o clima não são favoráveis para esse gênero de produtos. Também os homens se familiarizam com os prazeres do luxo e os lucros do comêrcio; e a sua sensibilidade, bem como a sua atividade, uma vez despertadas, conduzem-nos a novos progressos em cada ramo do comércio interno, assim como do comércio externo. E esta é talvez a principal vantagem que advém do comércio com os estrangeiros. Tira os homens da sua indolência; e, ao trazer à fração mais alegre e mais opulenta da nação objetos de luxo que nunca antes sonhara, faz nascer nela o desejo de um gênero de vida mais brilhante do que o dos antepassados. Ao mesmo tempo, o pequeno número de mercadores que possuem o segredo desta importação e desta exportação realiza grandes lucros; e, rivalizando em riqueza com a antiga nobreza, incita outros homens ousados a tornarem-se seus rivais no comércio. Graças à imitação, todas estas atividades se difundem em breve, enquanto as manufaturas nacionais procuram igualar as manufaturas estrangeiras nos seus melhoramentos e levam cada produto ao mais alto grau de aperfeiçoamento de que é susceptível. Os

seus aços e os seus ferros, trabalhados por mãos tão laboriosas, tornam-se iguais ao ouro e aos rubis das Índias" (21).

Se por um lado Hume decanta as virtudes do comércio, por outro, na mesma obra, ele assegura que ao chegar o estado ao nível máximo de riqueza, ele não mais necessitará do comércio externo, não perdendo contudo riqueza e poder.

À proporção que os países estrangeiros forem deixando de comprar as mercadorias produzidas, elas não mais seriam fabricadas, passando a mão-de-obra aí empregada a ser ocupada no aperfeiçoamento de outras mercadorias de consumo interno, até que todos na sociedade desfrutassem da mais alta abundância, onde as mercadorias seriam as mais perfeitas possíveis.

David Hume ao desenvolver esse raciocínio mostra a contradição fundamental do modo de produção capitalista, pois sendo ele dependente do crescimento dos mercados externos, tem que contar com o crescimento ilimitado destes para seu desenvolvimento.

Ao afirmar que o Estado ao chegar à condição de riqueza máxima passa a independe o comércio exterior, não leva em consideração a poupança realizada pela classe rica, que só pode ser transformada em investimento se o mercado existente assim justificar e que o mercado não pode ser formado pelos poupadores, que por o serem, têm seu consumo reduzido.

É a partir deste raciocínio incompleto e falho, que se torna adversário dos mercantilistas, apesar de, melhor

(21) HUME, David. Do Comércio, p. 13, 14; citado de DENIS, H. História... p. 156, 157.

do que qualquer outro à sua época ter descrito sua importância para o enriquecimento e desenvolvimento de um Estado.

É verdade que muito se escreveu contra pensamento mercantilista, que foi visto por muitos de seus opositores com um rigor muito grande. Há que se considerar no entanto aqueles que não investem contra os mercantilistas. Assim é que "seus seguidores (do mercantilismo) sustentavam e advogavam idéias segundo as quais o governo poderia proteger a balança de comércio. Adam Smith ridicularizou-os, dizendo que eles confundiam ouro com riqueza, mas eles não eram realmente tão tolos (22).

Antes que se desenvolvesse um sistema financeiro altamente desenvolvido, continua Joan Robinson, todos os pagamentos a países estrangeiros em virtude de déficit na balança de comércio tinha que ser feito em dinheiro, isto é, ouro ou prata" (23).

Keynes admite que o regime laissez-faire pode de ter o aumento rápido da riqueza de um país pelo fato de poder gerar insuficiência de estímulos para novos investimentos.

Quando se leva em conta as características sociais e políticas de um país e sua propensão a consumir, seu bem-estar depende da existência de estímulos a novos investimentos.

Esses investimentos tanto podem ser gerados interna como externamente, incluindo-se nos últimos os metais preciosos e constituindo os dois juntos o montante total de investimentos.

(22) ROBINSON, Joan e EATWELL, John. An Introduction to Modern Economics. England, McGraw-Hill, revised edition, 1973, p. 5.

(23) ROBINSON, J. e EATWELL, J. An Introduction... p. 5.

Se o motivo determinador do investimento é o lucro, cabe à taxa de juros determinar o volume total de investimentos internos, enquanto o saldo credor da balança comercial determina o montante do volume de investimento externo.

Quando a autoridade pública não realiza investimentos diretamente, há duas variáveis com que deve se preocupar - a taxa de juros internos e o balanço do comércio internacional (24).

Citando textualmente, Keynes admite que, "(ora), se a unidade de salários é relativamente estável e não fica sujeita a variações expontâneas de grande amplitude (condição que quase sempre se satisfaz), se o grau médio da preferência pela liquidez no decorrer das suas flutuações de curto prazo oferece certa estabilidade e se as práticas bancárias são por sua vez bastante estáveis, a taxa de juro tenderá a depender do montante de metais preciosos, medido em unidades de salários, disponível para satisfazer o desejo de liquidez da comunidade. Por outro lado, numa era em que os empréstimos substanciais no estrangeiro e a propriedade direta dos bens situados no exterior são escassamente praticáveis, as altas ou baixas na quantidade de metais preciosos dependerão principalmente do caráter favorável ou desfavorável do balanço comercial" (25).

Comparando esta análise com o proceder do pensamento mercantilista, vemos que a preocupação do Estado com a balança do comércio favorável atendia às duas preocupações existentes.

(24) KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p. 319.

(25) KEYNES, J.M. Teoria... p. 319, 320.

É sempre bom ressaltar que as autoridades à época do mercantilismo não controlavam diretamente a taxa de juros interna, de modo que as medidas que utilizavam para conseguir saldos favoráveis na balança de comércio eram os únicos instrumentos de que dispunham para aumentar o investimento externo e ao mesmo tempo fazer com que os níveis da taxa de juros interna não se elevasse, proporcionando o aumento de investimentos no país (26).

Há no entanto duas importantes questões a serem consideradas. Caso a taxa de juros interna diminua o suficiente, estimulando de maneira acentuada os investimentos de modo a aumentar exageradamente o número de trabalhadores empregados, o que ocorrerá será numa elevação nos salários e portanto nos custos de produção. De outro lado, se a diferença entre as taxas de juros interna e externa por suficientemente expressiva de modo a ocasionar empréstimos externos não proporcionais ao saldo favorável da balança de comércio, poderá ocorrer a saída de metais preciosos do país, anulando as vantagens até então obtidas (27).

Tendo em mente que os mercantilistas advogavam a existência de uma grande população e que também proibiam as exportações de metais preciosos, constatamos que eles procuravam com essas atitudes preservar-se das duas possíveis armadilhas em que poderiam cair. É claro que por uma série de motivos uns países lograram êxitos maiores do que outros, mas quando observamos a Inglaterra, onde uma série de circunstâncias favorece

(26) KEYNES, J.M. Teoria... p. 320.

(27) KEYNES, J.M. Teoria... p. 320.

ram o êxito das práticas mercantilistas, quando observamos a existência de baixos salários nas cidades e as medidas tomadas na modernização das atividades do campo, como o encercamento e a criação de ovelhas, que aumentavam o êxodo para as cidades provocando pressões baixistas ainda maiores nos salários, não podemos de forma alguma admitir que durante um largo espaço de tempo tenham participado dos governos europeus, homens ingênuos. Pensamos ser essas atitudes premeditadas, pensamos que todo o grande esquema foi montado para a consecução do desenvolvimento econômico através da manipulação de instrumentos existente à época.

O mercantilismo inglês foi grandemente beneficiado pela precocidade das instituições políticas e sociais. O país se transforma, evolui e se adapta e, detentor da supremacia comercial e marítima, está pronto para alcançar uma fase mais complexa que é a industrialização.

O evoluir dos processos políticos e econômicos proporcionaram à Inglaterra uma invejável situação se comparada com os demais países europeus.

Suas manufaturas encontravam-se bem protegidas, sua agricultura modernizara-se, seu poderio no mar lhe concedia privilégios valiosos, suas instituições políticas haviam derrubado uma série de entraves retrógrados, colocando o país numa posição em que o desenvolvimento da indústria era inevitável.

Até então, o que motivou os Estados europeus, incluindo a Rússia de Pedro, o Grande a Catarina II, foi a administração do tesouro real, como instrumento de grandeza política e militar. Foi o dirigismo do Estado para a formação de ri

queza sem preocupações com sua distribuição. Foi através do comércio internacional, do protecionismo, da acumulação primitiva, da reinvenção da escravidão, do poderio bélico em terra e nos mares que se forjaram na Europa alguns Estados que dentro em pouco, por obsoleta e não mais se prestar a seus interesses, abandonariam o modo mercantilista de pensar e que os tornou ricos e poderosos, para adotar novas idéias, novos conceitos estes sim, agora necessários e imprescindíveis à manutenção e ampliação de uma nova posição que breve galgavam - a de países industrializados.

CAPÍTULO 6

INSERÇÃO INVOLUNTÁRIA DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Não é por demais exaustivo analisar um pouco mais os métodos ingleses para a consecussão de seus objetivos.

As estratégias utilizadas surtem um efeito surpreendente quando se analisa suas conseqüências.

Por volta do ano de 1700 a indústria inglesa de têxteis de lã respondia ainda pela metade das exportações do país. Para preservá-la da concorrência estrangeira, impunha-se a proibição de se exportar ovelhas, lã bruta e o fio de lã cardada. A amputação da mão esquerda era a primeira penalidade aplicada aos transgressores da lei; aos reincidentes a pena de morte.

Paralelamente a essas medidas as importações de

produtos acabados era praticamente impossível, pois os pesados gravames de entrada desestimulavam o consumo interno, o que não acontecia com as matérias-primas necessárias à indústria inglesa, que eram isentas de tributos de importação e poderiam até receber subvenções oficiais, como os produtos de subsistência e o índigo das colônias americanas (28).

Ao mesmo tempo em que agia de forma a restringir o crescimento das importações dos demais países, ao mesmo tempo que procurava impedir a concorrência estrangeira, tomava a Inglaterra medidas tendentes a aumentar seu comércio e sua área de influência.

Assim é que em 1703 a Inglaterra assina com Portugal o tratado de Methuen cuja redação é a que se segue:

"Artigo 1º - Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio Nome, como no de Seus Sucessores, admitir para sempre de aqui em diante, no Reino de Portugal os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2º - É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu Próprio Nome, e no de Seus Sucessores, será obrigada para sempre, de aqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tem

(28) ELLSWORTH, Paul Theodore. Economia Internacional. São Paulo, Atlas, 1973, p. 43.

po algum (haja paz ou guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título direta ou indiretamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume.

Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, que será feito, como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá justa e legitimamente proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra.

Artigo 3º - Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem e tomam sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este tratado, e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações" (29).

Sobre esse tratado muito se tem escrito e discutido, particularmente no que diz respeito à participação indireta que o ouro extraído do Brasil teria tido durante o período de sua vigência.

Há interpretações como a de Roberto Simonsen:

(29) WERNECK SODRÉ, Nelson. As Razões da Independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 17.

"É preciso assinalar, para a perfeita compreensão desse tratado, que as manufaturas de panos de lã constituíam, na época, quase que a totalidade dos produtos industriais de exportação. Consequentemente, dentro de seu território, na concorrência dos panos ingleses, matou Portugal o seu parque industrial e se tornou definitivamente uma nação agrícola, baseada na produção vinícola. Ora, o ouro do Brasil não ficaria em Portugal em pagamento de seus vinhos, nem nas reservas do erário real que, sem saldos efetivos, não poderia retê-lo; atravessava o país em demanda da Inglaterra, em pagamento da balança de comércio, inteiramente favorável a esta nação. Estimulando o trabalho inglês, remunerando melhor as suas mercadorias, concorreu para o progresso efetivo daquele povo, muito mais do que para o enriquecimento de Portugal" (30).

Ora, do destino do ouro do Brasil não nos cabe hoje lamentar, pois, sendo à época do tratado e durante sua vigência o Brasil colônia de Portugal, o ouro daqui extraído não permanecia nas fronteiras do país, era transportado para Portugal e se os portugueses não o conseguiam manter em seu território, isto é outro problema. O fato é que, como a produção aurífera não nos pertencia, pouco se importa lastimar que a mesma fosse destinada à Inglaterra ao invés de a Portugal.

(30) SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil. São Paulo, 1937, p. 210 II; citado de WERNECK SODRÉ, Nelson. As Razões... p. 45.

A maior importância do Tratado de Methuen a nos so ver é o papel desempenhado para a ampliação dos mercados pa ra os produtos manufaturados ingleses.

Em última análise podemos dizer que o Tratado de Methuen é de inspiração nitidamente mercantilista. Firma-se en tre dois países as condições que regularão o comércio entre eles. De um lado, um se propõe de exportar vinhos e importar panos e o outro signatário age de maneira inversa, obedecidas determiⁿadas condições. O saldo da balança de comércio ficará equili^bbrado através de envio de ouro do país devedor ao credor. Lógi^cco está que o país devedor é o exportador de vinho e o credor, o exportador de panos, respectivamente Portugal e Inglaterra. O ouro para saldar a balança deficitária é proveniente do Bra^sil.

As negociações e assinaturas do tratado estão en voltas em suspeições e acusações de corrupção. Admite-se que John Methuen, o negociador do Tratado, para bem cumprir sua mis^são de diplomata, despendeu quatro mil moedas de ouro, além de ter presenteado com jóias que trouxera da Inglaterra a muitas pessoas.

Os entendimentos que culminaram com a assinatura do Tratado originaram-se do receio de traficantes de vinhos por^tugueses perderem o mercado inglês para o vinho francês. Por ou^tro lado os britânicos desejavam de Portugal a ampliação do mer^ccado de lãs.

Ora, é sabido que o desenvolvimento mercantil da Inglaterra sedimentou-se não só na navegação, como também nos panos.

A estreiteza mercados, constituindo-se num fator restritivo à expansão tanto de um como de outro dos componentes do crescimento britânico, fazia com que a procura de soluções expansionistas constituísse objetivo a ser tenazmente perseguido e alcançado.

Assim é que, por determinadas imposições portuguesas, a colocação do tecido inglês em Portugal não se vinha fazendo de forma a permitir um crescimento tranqüilo do fornecimento ao longo do tempo.

Após a restauração, a situação econômica de Portugal era a mais deplorável possível. Era consumidor quase que totalmente dependente de produtos estrangeiros, não só de manufaturados, como também de alimentos.

A tentativa de modificar tal situação manifestou-se sob a forma de morigeramento no consumo perdulário e incentivos à produção nacional. O supérfluo e o suntuoso passaram à condição de ruinosos à nação. A implementação de tais práticas era feita por meio das pragmáticas, leis reais que se destinavam à proibição do luxo e do supérfluo. Assim é que a pragmática de 1667, dizia: "Nenhuma pessoa poderá vestir-se de pano que não seja fabricado neste Reino; como também não poderá usar de voltas de rendas, cintos, talins, boldréis e chapéus que não sejam feitos neles" (31).

Tais proibições eram diretamente dirigidas contra aqueles que constituíam a classe dominante e contra os quais pouco ou nada se podia fazer. Portugal contava à época com uma

(31) WERNECK SODRÉ, Nelson. As Razões... p. 34.

nobreza e um clero detentores de grande parte da riqueza e uma classe empobrecida e de baixo poder de compra, de tal sorte que a ostentação e o luxo em contraste com a miséria da maior parte da população era a realidade no país.

O fato mais interessante a ser notado, é que o uso dos panos importados foi proibido, mas não a importação dos mesmos.

Apesar de não ser a importação proibida, mesmo o comércio inglês era afetado, pois sempre havia resistência por parte daqueles mais interessados no desenvolvimento da indústria portuguesa do setor, tanto assim que foram os próprios comerciantes ingleses de panos os que insistiram para que se concedesse aos vinhos portugueses uma tarifa privilegiada, permitindo o governo de Portugal em compensação, a livre entrada no país dos tecidos ingleses.

Fossem os vinhos importados da França, o pagamento seria feito com ouro, como o eram de Portugal, pagava a Inglaterra com mercadorias, recebendo por suas exportações ouro das minas do Brasil.

Há uma séria controvérsia sobre o Tratado de Methuen e a industrialização portuguesa. Advogam muitos estudiosos, e muitas vezes de forma candente que o tratado se constituiu não só na causa primeira da não existência de um processo de crescimento industrial em Portugal, como também a ele se referem de forma passional apontando-o como responsável pela evasão do ouro descoberto no Brasil para a Inglaterra através de Portugal.

Muitas vozes se levantaram contra a assinatura

do Tratado, tanto na Inglaterra quanto em Portugal. Neste, os que criticaram sua assinatura, afirmavam haver já os consumidores ingleses se habituado ao paladar dos vinhos portugueses, na da portanto havendo a temer dos rivais franceses e mesmo porque, grande parte dos interessados na exportação de vinhos portugueses para a Inglaterra eram ingleses que dominavam este tipo de comércio em Portugal.

Do lado inglês também houve muitas manifestações contra e a favor do Tratado de Methuen. Os representantes dos opositoristas e todos seus seguidores atacavam a celebração do acordo, intendendo ser ele um desrespeito ao Parlamento, pois era a este que cabia o direito da imposição de impostos sobre mercadorias estrangeiras.

Havia também aqueles que argumentavam ser o Tratado unicamente favorável a Portugal, pois a Inglaterra por ele obrigava-se a consumir os vinhos portugueses, mais caros e inferiores aos franceses. Esta é uma argumentação não verdadeira, pois de há muito os vinhos portugueses gozavam de privilégios para exportação para a Inglaterra, pois os direitos de importação já eram um terço inferiores aos pagos por vinhos de outras procedências e ainda mais, se admitirmos como válidos os dados publicados no "Mercator", órgão da imprensa britânica, veremos que os ingleses importaram 31.324 pipas de vinhos portugueses nos quatro anos anteriores à assinatura do Tratado de Methuen e 32.022 pipas nos quatro anos que se lhes seguiram, havendo um aumento de 698 pipas nesses anos seguintes à assinatura do tratado.

Adam Smith, no Capítulo VI do Livro IV, onde trata dos tratados de comércio, critica o Tratado de Methuen, afir

mando que o mesmo só era vantajoso para Portugal, porquanto os tecidos ingleses ao penetrarem no mercado luso não gozavam de vantagens substanciais, pois igual tratamento tarifário era da do aos da França e da Holanda, ao passo que os vinhos portugueses recebiam tratamento diferenciado dos dos franceses.

Parece-nos que esta argumentação de Adam Smith não corresponde à realidade dos fatos. Parece-nos ainda, que particularmente neste trecho a realidade foi escondida.

Dúvidas não há em que Adam Smith realizou uma grande obra de síntese de todo o conhecimento econômico existente até sua época. Há também unanimidade quanto, não só ao valor de sua obra, quanto também à sua perspicácia e capacidade de observação.

Admitindo-se como corretas as afirmativas anteriores, é perfeitamente compreensível a visão de Adam Smith sobre o Tratado de Methuen. A ótica sob a qual foi escrita a Riqueza das Nações, é a ótica européia e muito particularmente a expressão do pensamento de quem estava localizado numa sociedade extremamente dinâmica, à frente das demais e em marcha cerrada para diferenciar-se cada vez mais em relação aos outros países, diferenciação esta que seria conseguida através da industrialização.

Talvez sem que se possa cometer algum erro de julgamento, é permissível pensar a posição assumida por Adam Smith como de defensora ardorosa do "laissez-faire".

Admitindo-se ter sido ele capaz de perceber com bastante antecedência os rumos que tomaria o processo produtivo britânico, supondo-se que tenha imaginado que a economia in

glesa passava por um processo rápido de transformação e que dentro de algum tempo sua famosa fábrica de alfinetes não mais seria um elemento fortemente representativo da nova ordem que estava a se constituir, é perfeitamente compreensível o fato de ele ter se dedicado de forma tão incisiva à defesa do livre comércio e conseqüentemente colocar-se em posição antagônica ao Tratado de Methuen.

Ao admitir ser o Tratado favorável somente a Portugal e não também à Inglaterra, deixou Adam Smith de pronunciar-se sobre o fato de que somente a Inglaterra, pelo Art. II do Tratado poderia rompê-lo, bastando que para isso deixasse de cumprir a cláusula que privilegiava os vinhos portugueses, dando azo para que o trono português, então sim, e só então, pudesse proibir a entrada de panos ingleses em Portugal.

O fato de o Tratado só poder ser rompido pela Inglaterra já o faz francamente favorável aos interesses britânicos. Além do mais Adam Smith ignora por completo as pragmáticas, que, se não proibiam totalmente, pelo menos dificultavam a colocação dos tecidos ingleses em Portugal.

Pensamos no entanto que a maior de todas as vantagens da assinatura do Tratado de Methuen tenha sido, para a Inglaterra, a penetração, através de Portugal no mercado do Brasil.

É-nos plausível admitir que a visão perspicaz de Adam Smith tenha percebido que à sua época estava sendo formado todo o ambiente necessário à grande produção.

E à produção futura era necessário mercado e mercado poderia ser gerado com a imposição do livre comércio e li

vre comércio é a idéia central em muitos trechos da obra de Adam Smith.

Mercados atuais e potenciais, mercados próximos ou longínquos. E foi justamente isto, ou seja, a obtenção de um comércio cativo, que facilitaria seu processo de acumulação, acelerando a velocidade com que atingiria o estágio posterior - o da industrialização - que a Inglaterra consolidou com Tratado de Methuen.

A inserição do Brasil na órbita comercial da Inglaterra data no entanto, de época anterior ao ano de 1703.

A restauração portuguesa efetuada por D. João IV não se fez sem enormes sacrifícios para Portugal. O reino estava econômica e financeiramente arrasado. Além do mais havia a perigosa vizinhança espanhola com uma linha fronteiriça que praticamente envolvia Portugal.

Em virtude da conjugação de todos esses motivos, necessitava Portugal de realizar alianças para neutralizar a Espanha e lógico está que essas alianças deveriam ser feitas com países inimigos dos espanhóis, como França e Holanda.

Os tratados firmados por Portugal com países que pudessem interferir a seu favor num possível confronto com a Espanha, o foram durante períodos em que Portugal atravessava situações de grande dificuldade e por motivos evidentes eram celebrados sempre com grandes desvantagens para os portugueses.

O tratado de 1641, firmado um ano após ao da separação com a Espanha, celebrado com a Holanda, previa que os holandeses poderiam prover as frotas do Brasil e mesmo os particulares dos navios do que necessitassem, quer por compra ou

por fretamento fora do país.

A reação inglesa a tais concessões foi imediata. Argumentavam os ingleses que se sentiam prejudicados, particularmente no que dizia respeito à navegação.

Da reação a novo tratado firmado entre Portugal e Inglaterra não demorou muito tempo - em 1642, em tratado lusobritânico, assegurava Portugal que não concederia a outras nações mais direitos, imunidades e privilégios que os concedidos aos ingleses.

A fragilidade de Portugal era patente e novas investidas foram feitas e em 1654 logrou a Inglaterra mais um êxito nas suas relações com Portugal. A partir de então, somente na Inglaterra poderia Portugal encomendar as embarcações de que necessitasse.

Além dessa cláusula que beneficiava de perto os armadores britânicos, havia uma outra, esta secreta, dirigida aos interesses das demais indústrias inglesas.

Ficava estabelecido que as mercadorias de origem inglesa, inclusive as fazendas nunca pagariam direitos de importação superiores a 23% e que deveriam ser favoravelmente avaliados nas alfândegas portuguesas.

Caso o valor aduaneiro atribuído a uma dada mercadoria fosse considerado extremamente baixo e necessitasse ser modificado, somente com o consentimento de dois mercadores ingleses, residentes e moradores em Portugal e eleitos pelo consul inglês, poderia ser feito.

Tal interferência nos negócios internos de Portugal e o ditame de normas aviltantes para a soberania do país

não se verificou uma só vez. No Tratado de Methuen esta cláusula de favorecimento às mercadorias inglesas foi mantida no Art. 1º.

Não cessou a Inglaterra de apertar mais ainda o cerco sobre Portugal. Conseguiram os ingleses permissão para, por conta própria, negociarem de Portugal para o Brasil e vice-versa, além de poderem navegar para a Índia e África portuguesa, podendo, não só comerciar, como também permanecer o tempo desejado.

Coroando todas essas vantagens conseguidas por tratados, em 1661, Catarina de Bragança, filha de D. João IV, casa-se com Carlos II, rei da Inglaterra, levando como dote Tânger e o porto de Bombaim, lugar onde os ingleses se instalaram para defender os interesses portugueses contra os holandeses.

Todos esses acontecimentos convergiam para um denominador comum; o enfraquecimento cada vez maior de Portugal.

Os tratados contribuíram para que a produção de vinho portuguesa fosse transportada para a Inglaterra em quase sua totalidade em navios ingleses. Além disso multiplicavam-se os capitais ingleses empregados na produção de vinho e o abandono do cultivo do trigo e da prática da pesca em detrimento da expansão de cultura de vinhas, levou Portugal à necessidade de importações crescentes de bacalhau e trigo provenientes da Inglaterra.

Quando analisamos a postura de Adam Smith em relação ao livre cambismo, opondo-se de maneira firme e categórica ao pensamento mercantilista, quando comparamos ainda a situação vigente na Inglaterra no ano de 1851 com o que concebemos

seja um país industrializado, devemos dar mais crédito à posição assumida por Adam Smith como sendo a de um arguto observador e um homem não menos capaz de realizar previsões factíveis.

Assim é que, conforme David Landes: "o recenseamento de 1851 - apesar de todas as suas inexatidões - revela um país no qual a agricultura e os serviços domésticos encabeçavam de longe as mais importantes ocupações, país no qual a maior parte da força de trabalho aplicava-se a indústrias de tipo antigo: emprego em construções, confecções de roupas, de calçados e todo tipo de ofícios não-especializados. Mesmo na manufatura de algodão, com mais de três quintas partes de sua mão-de-obra de mais de meio-milhão (de um total de quase dezesseis milhões) absorvidas pelas fiações, quase dois terços das unidades que davam rendimentos empregavam menos de cinquenta homens; uma fiação média na Inglaterra empregava menos de 200 operários; e dezenas de milhares de teares manuais ainda eram usados nas residências rurais" (32).

Positivamente este não é o perfil de um país que já tenha conseguido atingir expressivo grau de industrialização.

Após setenta e cinco anos de haver Adam Smith publicado sua obra mais conhecida, assim era a Inglaterra, lógico que, à época em que o fez, muito menor era a capacidade industrial inglesa.

Entretanto, apesar dessa industrialização incipiente, estava a Inglaterra posicionando-se para se transformar

(32) DAVID, Landes. The Unbounded Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present. Cambridge, Inglaterra, 1969, p. 119, 120. Citado de BELL, Daniel. O Advento da Sociedade Pós-Industrial. Cultrix, 1978, p. 143, 144.

dentro de algum tempo a nação hegemônica na Europa.

Mas havia arestas a serem aparadas, havia impecílios impostos pela Inglaterra a outras nações que futuramente poderiam contra ela se voltarem. Assim é que Adam Smith, quando tece considerações sobre restrições às importações, mostrando que tais restrições são impostas ou por direitos alfandegários excessivamente elevados ou por pura e simples proibição à importação de determinadas mercadorias; quando aborda o fato de que os cereais chegam a ter a importação proibida em anos de relativa abundância - tema que Ricardo retomará -, assinala ainda que "a série de mercadorias cuja importação se acha proibida na Grã-Bretanha de uma maneira absoluta ou em determinadas circunstâncias ultrapassa em muito o que poderiam suspeitar aqueles que não estão familiarizados com as leis das alfândegas" (33).

Impondo a Inglaterra restrições às importações provenientes de outros países, os mesmos, em represália, também agiriam do mesmo modo em relação às mercadorias de origem britânica.

Sendo esta a prática, sendo este o modo pelo qual agia o país, haveria necessidade de críticas. Críticas que atinxissem o cerne do pensamento em vigor. Crítica à concepção de riqueza associada à acumulação de moeda; crítica à prática do saldo favorável na balança de comércio; crítica às restrições de exportação de metais preciosos; críticas às elevadas tarifas aduaneiras e aos acordos de comércio.

Entretanto não somente críticas - também a tecnitura de uma nova forma de comportamento, de uma nova forma de

(33) SMITH, A. - A Riqueza... Livro IV, cap. II, p. 374.

encarar a riqueza de uma nação, enfim, um conjunto de novas idéias, antagônicas às até então críveis de modo a que num futuro mediato, não fosse a Inglaterra, não fosse a economia inglesa ficar limitada ao círculo de giz por ela mesma criado.

A continuar o processo de acumulação iniciado na Inglaterra, a continuar as transformações na sociedade testemunhadas por Adam Smith, a continuar a modernização nas vias de transporte, a se difundir e aperfeiçoar a divisão do trabalho, a continuar homens de empreendimento buscando terras e delas deslocando os antigos proprietários e seus séquitos, a continuar o crescimento das cidades alimentado pelo êxodo de camponeses, a continuar o enriquecimento dessas mesmas cidades, é possível a um atento observador prever um incremento considerável na produção de mercadorias por parte da indústria inglesa.

A inexistência de mercados tornar-se-ia problema crucial a ser resolvido. A persistir, alcançada esta etapa produtiva, as condições vigentes à época mercantilista, haveria, com alto grau de certeza, uma crise de realização na economia inglesa.

O convencer, não só aos próprios ingleses, como também, e principalmente, aos não ingleses das vantagens do livre comércio, era a tarefa de Adam Smith, tarefa esta continuada e aperfeiçoada por Ricardo, particularmente quando trata das leis das vantagens comparativas, de cunho profundamente ideológico.

Todo o processo de acumulação inglês foi assentado no monopólio, na força da marinha inglesa, nos acordos internacionais, nas tarifas preferenciais.

A partir de um determinado momento no entanto, há que se modificar esses procedimentos dominantes. Há que se modificar a maneira de agir para que futuramente a Inglaterra não se veja cerceada em seu comércio por suas próprias imposições.

Quer através das armas ou de tratados obtinha a Inglaterra de Portugal e Espanha vantagens cada vez mais substanciais. Se por um lado necessitava a Inglaterra de ampliar seus mercados, não só para a produção atual, mas futura, necessitava de outro garantir suprimentos de matérias-primas ao seu processo de industrialização. Essas necessidades inglesas encontravam por sua vez receptividade nas colônias da América do Sul, pois a compra de produtos acabados diretamente dos produtores lhes era mais vantajosa, alijando dessa forma os intermediários encarecedores das mercadorias. Da mesma maneira, também almejavam a realização de suas exportações sem intermediários.

Com a dominação de Portugal pela França, tinha a Inglaterra sob sua órbita o Brasil, mas era necessário que adotasse uma estratégia segura para impedir que a Espanha, sob a órbita da França viesse a perder suas colônias na América para aquele país. Daí seu grande interesse na emancipação das colônias ibéricas da América, inclusive o Brasil, explicando-se dessa forma o grande número de militares ingleses participando das lutas de independências em vários países americanos.

Seguindo uma política pré-determinada, onde toda oportunidade de vantagens era imediatamente aproveitada, a Inglaterra dá mais um importante lance para situar-se numa posição ainda mais vantajosa em relação a Portugal.

Em 1807, quando da próxima chegada de Junot a Lisboa, o ambiente é de pânico generalizado e Strangford, embaixador inglês em Portugal defende a retirada da família real portuguesa para o Brasil. Sem poder resistir, pressionado pelas exigências inglesas e pelas tropas francesas que se aproximam, o governo português assina o tratado de 1807, onde a Inglaterra passa a ocupar a ilha da Madeira, em troca do auxílio prestado na retirada do governo luso para o Brasil, sob garantia da esquadra britânica.

Como, após a ocupação francesa os portos portugueses seriam fechados à Inglaterra, seria estabelecido na ilha de Santa Catarina, ou em qualquer outro ponto da costa brasileira, um porto pelo qual as mercadorias inglesas pudessem ser importadas por navios ingleses, sujeitas às mesmas taxas que pagavam até então nas alfândegas de Portugal.

A escolha da ilha de Santa Catarina não foi feita ao acaso, basta que se observe sua localização geográfica para que se deduza a importância como ponto estratégico para se atingir a região Platina.

Além disso, Strangford conseguiu que as seguintes exigências fossem cumpridas pela família real portuguesa: abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional e cessão de um deles aos ingleses, que gozariam de tarifas especiais nas alfândegas brasileiras. À burguesia lusa o que importava no momento era, não só fugir das tropas francesas como também preservar o Brasil e por isso submeteram-se a todas as exigências para conseguir seus intentos imediatos.

Com a chegada da família real ao Brasil houve um

aumento muito grande na já então corrupção existente. Foi exatamente a partir desse afrouxamento moral que os ingleses conseguiram maiores vantagens, pois a aplicação dos instrumentos de pressão ficaram mais fáceis ainda.

Exigem os ingleses agora, já com a família real instalada no Brasil compensações pelo fato de que, com a invasão francesa, terem perdido excelentes oportunidades de negócios com Portugal.

Par e passo, com a evolução dos fatos os ingleses passam a mudar sua estratégia de ação. O conquistar territórios e para eles deslocar homens para administrá-los, soldados para defendê-los já não constitui o padrão inglês de procedimento. Os investimentos necessários para conquista e preservação de colônias são muito grandes; não só sob o ponto de vista financeiro, como também no que diz respeito ao vultoso número de homens a serem deslocados para assumirem a administração e defesa da colônia.

O domínio econômico sem que haja necessidade do domínio territorial mostra-se tão ou mais vantajoso. O exercício do domínio econômico não implica em empreendimentos altamente consumidores de capital - a apropriação do excedente realizada no país em que se detém o domínio econômico tão somente faz-se de maneira análoga, porém sem necessidade de empreendimentos vultosos.

A preocupação inglesa passa ser a de impedir que Espanha e Portugal, bem como suas colônias entrem para a órbita francesa de influência; deseja assegurar para si a penetração e os lucros que possa auferir no comércio com as colônias

da América.

A constelação de acontecimentos políticos e econômicos conjugados contribuía para que, deles tirando proveito, proveitosas fossem as vantagens colhidas pela Inglaterra.

Sob esse ângulo é que devemos analisar a abertura dos portos do Brasil. Sob uma análise superficial o fato adquire laivos de romantismo; é encarado como um gesto de gratidão do príncipe regente para com a colônia que o abrigou. Outras vezes também é interpretado como uma ação que determinaria mudanças econômicas profundas, trazendo benefícios consideráveis para o país. Benefícios trouxe, lucros gerou, mas não para a colônia; para os ingleses, particularmente.

Para os ingleses a abertura dos portos significava a pedra de toque para a penetração no Brasil e para os portugueses, mantê-los fechados significava colapso econômico total, pois estando sob o domínio dos franceses, já não mais desempenhavam as funções de intermediários no comércio do Brasil para com o mundo. O não franquear os portos significava a inexistência de muitas mercadorias importadas, além de não haver possibilidade para exportação dos produtos de colônia e estancar o fluxo da arrecadação necessária à manutenção da administração. A abertura dos portos significava o monopólio da Inglaterra sobre o comércio internacional do Brasil.

Mas não para aí o avanço inglês. Em 1809 começam as negociações que dariam origem ao tratado que seria firmado em 19 de fevereiro de 1810.

Por esse tratado conseguia a Inglaterra submeter mais ainda Portugal a seus interesses e de forma indireta o Bra

sil, pois assegurava a continuidade dos direitos de comércio livre para a Inglaterra, mesmo no caso do retorno para a Europa da corte portuguesa.

Estabelecia ainda que a vigência do tratado seria de 15 anos, até 1825, além de poder a Inglaterra excluir os súditos e navios lusos do comércio com suas colônias. Conseguiram também que o porto da ilha de Santa Catarina fosse declarado livre, além de os ingleses poderem retirar madeira do território brasileiro e construir navios em seus portos. Aproveitou-se o ensejo para que ficasse estabelecida a permissão de os ingleses poderem comerciar nas possessões lusas nas costas da África Oriental e impedir a entrada na Inglaterra de açúcar e café para consumo interno, impondo-se a reexportação dessas mercadorias, complementando-se as reivindicações inglesas com a extinção gradual do tráfico escravo, bem como a fixação de uma indenização devida à coroa inglesa pelos prejuízos dos súditos britânicos sofridos em Portugal após a invasão francesa e para citar mais apenas uma imposição, proibia-se no Brasil a Inquisição.

As mercadorias estrangeiras diretamente transportadas em navios estrangeiros estariam sujeitas à alíquota de 24% "ad valorem"; as mercadorias estrangeiras ou portuguesas transportadas em navios portugueses sujeitavam-se à alíquota de 16% "ad valorem" e finalmente, as mercadorias portuguesas ou britânicas, transportadas sob bandeira britânica seriam gravadas com 15% "ad valorem".

No ano de 1820 D. João VI retorna à Europa para ocupar o trono português. Em 1822 o Brasil torna-se independente de Portugal.

Como o tratado firmado em 1810 assegurava aos ingleses a continuidade dos direitos de comércio livre, mesmo após a volta da corte portuguesa para a Europa, não havia problemas por esse lado para os britânicos. Fato novo com que os ingleses teriam que se haver seria então a independência do Brasil.

A diplomacia inglesa teria agora que tratar de assunto dos mais delicados - o reconhecimento por Portugal da independência brasileira, sem deixar de considerar que ainda havia três anos de vigência do tratado de 1810.

A mediação inglesa para que Portugal reconhecesse a independência brasileira foi muito bem arquitetada e a 29 de agosto de 1825 os portugueses a reconheceram, mas não sem que levassem vantagens, pois o Brasil cedeu em alguns pontos, admitindo por exemplo que a independência não foi conquistada, mas outorgada pelos portugueses, o que lhes dava direito a uma indenização de dois milhões de esterlinas.

É claro que a Inglaterra não serviu de mediadora entre Brasil e Portugal de maneira desinteressada. Sua ação se orientou para que se concretizasse um novo acordo que fizesse reviver as condições estipuladas entre Inglaterra e Portugal em 1810. Duas cláusulas interessavam particularmente aos ingleses - comércio e extinção do tráfico de escravos.

Após algumas negociações iniciais, onde o representante inglês mostrou-se por demais benevolente, não atendendo aos interesses ingleses, O Foreign Office substituiu-o por Robert Gordon, que trouxe para o Brasil um tratado pronto para ser assinado. Desse modo, a 23 de novembro de 1826 o Brasil comprometia-se a extinguir o tráfico negreiro em quatro anos e no

ano seguinte, a 18 de agosto, foi assinado o tratado de comércio em bases semelhantes ao de 1810, inclusive quanto a período de vigência de 15 anos.

Quando da assinatura do tratado de 1810, os protestos surgidos no seio das classes dominantes visavam a dois pontos do mesmo, ou seja, a proibição de funcionar no Brasil os Tribunais da Inquisição e a cláusula que tratava do tráfico negreiro, tudo o mais sendo aceito, não só as cláusulas de cunho econômico que prejudicavam os interesses da colônia, como também aquelas outras imposições que feriam a soberania portuguesa no Brasil.

Este outro tratado negociado para o reconhecimento da independência brasileira só provocou protestos das classes dominantes por um único de seus aspectos - a extinção do tráfico negreiro no período de quatro anos.

Quer durante o período colonial, quer já como nação soberana, as classes dominantes preocupavam-se somente com seus interesses, descuravam dos interesses do país como um todo, preocupando-se com aquilo que constituísse vantagem para sua classe, adotando uma visão canhestra do processo econômico.

Assim agindo, conquistava a Inglaterra posições cada vez mais vantajosas para sua produção. De um lado as forças das armas e de outro a propagação da ideologia do livre comércio. De um lado a imposição de suas mercadorias e o transporte em seus navios e de outro a proibição a importações e tratamento extremamente desvantajoso a navios de outras esquadras. De um lado o exigir tratamentos privilegiados para seus súditos em países estrangeiros e de outro concedendo aos estrangeiros

em seu país regalia alguma. De um lado exigindo tratamento aduaneiro especial para suas exportações de outro proibindo importações consideradas não essenciais a seu processo produtivo.

De todas essas maneiras agia a Inglaterra, num processo contraditório, mas que possuía um objetivo claro a ser alcançado, qual fosse o de assegurar mercados à sua produção.

Quando em 1808 os portos brasileiros foram abertos às ditas nações amigas, o que na realidade se fez foi abri-los à Inglaterra, pois à época era a única nação européia não subjugada direta ou indiretamente à França, o que possibilitou que criasse um monopólio no comércio com o Brasil. Até 1814 quando surgiu a paz de Metternich, gozou a Inglaterra do monopólio, que a partir de então seria afetado, pois outros países teriam condições de comerciar com o Brasil. No entanto, pelo tratado de 1810, já se havia assegurado a Inglaterra de vantagens somente a ela concedidas.

Após a abertura dos portos houve, através do porto do Rio de Janeiro uma verdadeira parafernália de artigos importados, que se amontoavam ao relento, sem que houvesse capacidade de armazenamento. Mercadorias importadas sem que para elas tivesse a mínima finalidade, originárias da própria Inglaterra, França, Índia. Para o pagamento dessas importações e a manutenção da corte portuguesa, havia necessidade de exportar, exportar produtos primários, com preços manipulados pelos importadores. Aqui não se realizava acumulação, os lucros eram apropriados pelo sistema montado pela Inglaterra, com o beneplácito de Portugal.

CAPÍTULO 7

O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O ano de 1831 caracterizou-se pelo fato de a classe representativa da grande agricultura ter ascendido ao poder; poder este incontestado, pois, em virtude da existência de uma diversidade de interesses em várias regiões do Brasil, não se formou uma outra classe com ascendência nacional, detentora de aspirações modernizantes e que fosse capaz de se contrapor aos interesses dos proprietários de terra.

A existência entretanto de uma série de interesses de outros grupos, fazia com que a hegemonia da classe rural não fosse pacífica, sofrendo ela ameaças a seus interesses de vários pontos distintos.

Há que se recordar que à época era o Brasil uma grande plantation, especializado na exportação de produtos agrícolas, exercendo ainda Portugal o papel de um grande entreposto, ponto de passagem das mercadorias negociadas pelo Brasil. Esta intermediação fazia não só com que os preços das importações se tornassem mais elevados, como também representava um entrave na obtenção de créditos no exterior.

Além disso, a colocação de nossos produtos agrícolas no mercado internacional era agravada em virtude de posições restritivas assumidas pela Inglaterra, que por pressões sofridas de produtores antilhanos, agia de forma a restringir o volume de nossas exportações de açúcar, a ponto de, alegando razões de ordem moral, interferir no tráfico de escravos para o

Brasil, com o intuito de dificultar a produção e elevar os preços do açúcar no mercado internacional e como consequência, assegurar à produção das Antilhas uma posição mais confortável na comercialização do produto.

Não terminavam no entanto as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, pois ainda vigia o tratado de 1810, que entre outros privilégios, estabelecia uma alíquota de importação de 15% para as mercadorias inglesas. Sendo o imposto de importação a principal fonte de obtenção de recursos fiscais num país eminentemente agrícola, debatia-se a administração central entre não conseguir uma arrecadação suficiente para fazer face aos seus gastos, ou consegui-la, tributando com um imposto de exportações as mercadorias brasileiras destinadas ao exterior, aumentando o preço, dificultando ainda mais sua comercialização, dado que as condições do mercado eram particularmente difíceis à época, reduzindo assim os lucros dos proprietários de terras, que operavam explorando mão-de-obra escrava.

A descrição da dramaticidade do período considerado não termina ainda. Outras dificuldades de ordem política e econômica ainda se fazem presentes. Afora a queda dos preços internacionais do açúcar e do algodão e a decadência em que se encontra a produção de ouro, muitas são as revoltas e guerras civis que espoucam em diversos pontos do território brasileiro.

A drástica contenção das receitas contrapõe-se um incessante aumento nas despesas, particularmente as destinadas ao término das diversas insurreições. A diferença entre receita e despesa era coberta com emissões de papel moeda, de tal sorte que entre os anos de 1822 e 1830 a libra esterlina teve seu

valor duplicado (34).

Os preços dos produtos importados sofriam elevações, influenciando de forma acentuada os habitantes das cidades, já que os proprietários de terras possuíam meios de se auto-abastecerem.

O país debatia-se numa grave crise econômica. A realidade existente à época; uma nação eminentemente agrícola, sem indústrias e sem probabilidade de tê-las a curto prazo, às voltas com um processo inflacionário, enfrentando constantes aumentos dos produtos importados e necessitando de recursos para suas despesas, só havia uma saída - a do comércio internacional.

Os produtos agrícolas até então comerciados com o exterior sofriam cada vez maior concorrência de similares estrangeiros. Havia que se encontrar um produto agrícola, para cuja produção fosse preciso terra e mão-de-obra.

É o café que preenche esses requisitos e pouco a pouco ele vai assumindo uma posição de cada vez maior destaque no comércio internacional, até se transformar no principal gerador de divisas para o país.

De próximo à cidade do Rio de Janeiro, avança o café pelo Vale do Paraíba até atingir o Estado de São Paulo, onde finalmente encontra na terra e no clima as condições ideais para sua cultura.

Após algumas tentativas fracassadas, finalmente é introduzida na cultura do café mão-de-obra originária de imi

(34) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 116.

grantes, transformando-se o cenário da produção na medida em que eram os imigrantes assalariados e dessa forma expandindo o mercado pré-existente.

Se o Brasil foi inserido na órbita do comércio internacional de forma involuntária, quando ainda colônia, em virtude de tratados de comércio entre Inglaterra e Portugal e do domínio daquela sobre este em períodos anteriores, agora a inserção é voluntária, oportuna e imperiosa.

Caso queiramos ter uma compreensão maior do processo participativo do Brasil no âmbito do comércio internacional, precisaremos abordar outros pontos de grande importância para uma visão mais ampliada de todas essas relações.

Par e passo aos acontecimentos vividos pela economia brasileira, muitas são as transformações sofridas pelo capitalismo. Transformações que, não só o modificam, como também influenciam profundamente o sistema econômico brasileiro.

CAPÍTULO 8

AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO

Dentre as características mais marcantes do processo de evolução do capitalismo, uma se destaca de maneira acentuada sobre as demais. É a concentração da produção industrial em empresas cada vez maiores.

Se o apogeu da livre concorrência foi vivido entre os anos 1860 e 1870, a partir dos fins do século XIX passa-

se a assistir a um processo de cartelização entre as empresas e que se viria constituir na base de toda atividade econômica.

Os Estados Unidos dão prova cabal desta nova fase do capitalismo. No ano de 1909, somente uma centésima parte das empresas era responsável por quase a metade da produção global do país (35).

A concentração da produção em um número pequeno de grandes empresas torna possível que entre elas surjam diversos tipos de convênios, firmados para atender seus interesses comuns.

Assim é que os cartéis celebram entre si acordos sobre vendas, sobre a divisão do mercado, sobre formas de pagamento, sobre o volume da produção e o preço a ser cobrado.

A grande quantidade de firmas representativas de um ramo da indústria deixa de existir; a concorrência, que até então era característica do capitalismo, desaparece; da concorrência surge o monopólio.

É a esta fase monopolista do capitalismo que se denomina imperialismo.

A concentração da produção em poucas empresas não vem desacompanhada; paralelamente a este processo desenvolve-se outro, o da combinação, que é a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, ora dominando ela o processo produtivo desde suas origens, ora, através de outras indústrias a elas ligadas, realizando o processamento dos resíduos da indús

(35) LENINE, V.I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Alfa Omega, 1979, p. 587, 588, em Obras Escolhidas, v. 1.

tria principal, ou ainda dominando a produção de outras merca
dorias, acessórias ao processo produtivo original.

Pelo menos três dificuldades surgem a partir do momento em que o capitalismo se transforma em imperialismo; di
ficuldades que não são novas, mas que apesar de já conhecidas, apresentam-se em novas dimensões.

Há que existir uma grande massa de recursos finan
ceiros para alimentar o processo de concentração, mercados mais amplos para a absorção da produção realizada em novos níveis, bem como a necessidade de maiores quantidades de matérias-pri
mas para a alimentação da produção em nova escala.

Estes problemas o capitalismo já os resolveu an
tes, numa fase menos desenvolvida; fá-lo agora com a mesma efi
ciência; quer através do inter-relacionamento com o sistema ban
cário, de onde consegue os recursos financeiros, quer através do colonialismo, de onde obtém mercados e matérias-primas.

Assim como as empresas industriais passaram por um processo de concentração, acontece fato semelhante com o sis
tema bancário, de tal sorte que, à proporção que aumentam as operações bancárias, elas passam a se concentrar em um número cada vez mais reduzido de bancos.

Um processo sucessivo de fusões e incorporações faz com que diminua o espectro do sistema bancário, os maiores assumindo a propriedade dos menores, que são afastados do sis
tema.

Com o desenvolver do processo um reduzido número de bancos consegue reter uma considerável porcentagem do total de depósitos.

A distribuição dos depósitos bancários na Alemanha no início deste século nos permite constatar como eles se concentravam nos nove maiores bancos berlinenses.

PORCENTAGEM DE TODOS OS DEPÓSITOS(36)

	Nos 9 grandes bancos berlinenses	Nos 48 bancos restantes com capital superior a 10 milhões de marcos	Nos 115 bancos com capital de 1 a 10 milhões de marcos	Nos bancos pequenos (com menos de 1 milhão de marcos de capital)
1907-1908	47	32,5	16,5	4
1912-1913	49	36	12	3

Se considerarmos que os grandes bancos não só absorvem os pequenos como também os incorporam, fazendo-os pertencer ao seu grupo através da participação em seu capital, teremos uma idéia mais clara do poderio adquirido pelos grandes estabelecimentos, visto só de forma parcial pela tabela anteriormente mostrada.

Esta concentração restringe o número de instituições a que podem recorrer os industriais em busca de créditos, aumentando assim a dependência das empresas aos bancos. À proporção que se avoluma o número de operações e que os bancos passam a conhecer com pormenores o modo de agir da empresa, o entrelaçamento entre banco e a grande indústria vai aumentando, desenvolvendo-se cada vez mais um estreito relacionamento entre

(36) LANGSBURGH, Alfred. Fünf Jahre d. Bankwesen, em Die Bank, nº 8, p. 728, em LENINE, V.I. O Imperialismo... p. 598.

eles até culminar com a participação dos bancos na propriedade das empresas através da compra de ações e da participação de seus diretores nos quadros dirigentes das empresas e vice-versa.

O desenrolar do processo descrito se acelera com o passar do tempo, de tal forma que a partir de um dado momento a maior parte do capital empregado pelas empresas industriais não mais a elas pertence. Os capitalistas passam a dispor do capital de que necessitam através dos bancos, que passam para as indústrias uma quantidade cada vez maior de capital.

Estes capitais concentrados em poucas mãos produzem lucros vultosos, tanto em épocas de prosperidade econômica, tanto em épocas de crise, pois no primeiro período ganham por realizarem suas atividades normais e no segundo porque, aproveitando-se da crise, compram por preços irrisórios as pequenas empresas ainda sobreviventes ao processo de concentração do capital.

É a este tipo de capital, que se encontra à disposição dos bancos e que é utilizado pelos industriais, que Hilferding denomina de capital financeiro.

O capitalismo agora assume novo aspecto. Era característica do velho capitalismo a exportação de mercadorias. O capitalismo que se engendra através da concentração do capital e o aparecimento das grandes empresas tem como característica a exportação de capitais.

O início do século XX é palco de um processo intenso de acumulação de capital que assume proporções gigantescas em alguns poucos países. No ano de 1910, era este o quadro da distribuição de valores em circulação em alguns países, de

acordo com A. Neymarck, publicado no Boletim do Instituto Internacional de Estatística (37).

TOTAL DE VALORES EM 1910

(Em milhões de milhões de francos)

Inglaterra	142	479	Holanda	12,5
Estados Unidos	132		Bélgica	7,5
França	110		Espanha	7,5
Alemanha	95		Suíça	6,25
Rússia	31		Dinamarca	3,75
Áustria - Hungria	24		Suécia, No-	
Itália	14		ruega, Ro-	
Japão	12		menia, etc	2,5
			Total	600

Constata-se que somente quatro países possuem 479 bilhões de francos, ou seja, 40% do capital financeiro de todo o conjunto considerado.

A grande massa de capitais movimentados pelas empresas industriais gigantes, bem como a necessidade de ampliação de mercados, levou a uma exportação desses capitais para países estrangeiros mais atrasados, bem como a internacionalização das grandes empresas.

A concorrência entre as empresas desaparece. Os capitais exportados para os países mais pobres contribuem para que o enriquecimento das empresas nos países mais ricos se processe mais rapidamente, pois de maneira geral, seguidos às concessões de empréstimos surgem os pedidos ou imposições de com eles ou parte deles realizar-se compras de mercadorias produzi

(37) LENINE, V.I. O Imperialismo... p. 620.

das no mesmo país de onde se originam os capitais, transportando-as em seus navios. A exportação de capitais gera a exportação de mercadorias.

A concorrência agora é outra - é pela obtenção do maior número possível de fontes de matérias-primas. O capitalismo deseja se assegurar do fornecimento de matérias-primas necessárias à sua produção e por este motivo, é justamente a partir da fase do surgimento do imperialismo que a luta acirrada para a posse de colônias é mais contundente.

As três dificuldades apresentadas ao capitalismo monopolista são resolvidas satisfatoriamente a seu favor.

A massa de recursos financeiros para a produção em grande escala é conseguida em aliança com o sistema bancário; a ampliação dos mercados para a colocação da produção, bem como a obtenção de fontes de suprimento de matérias-primas são resolvidos pela expansão colonial, que pode ser avaliada a partir dos três quadros seguintes.

PORCENTAGEM DE TERRITÓRIOS PERTENCENTES ÀS
POTÊNCIAS COLONIAIS EUROPÉIAS E AOS
ESTADOS UNIDOS (38)

	1876	1900	Diferença
Na África	10,8%	90,4%	+79,6%
Na Polinésia	56,8%	98,9%	+42,1%
Na Ásia	51,5%	56,6%	+ 5,1%
Na Austrália	100,0%	100,0%	-
Na América	27,5%	27,2%	- 0,3%

(38) SUPAN, A. Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien. 1906, p. 254, em LENINE, V.I. O Imperialismo ... p. 632.

A repartição da África e da Polinésia foi a tarefa a que se dedicaram as potências imperialistas no período. Como já anteriormente afirmado, é entre 1860 e 1870 que se verifica o auge do antigo capitalismo, aquele em que prevalecia a concorrência, anterior à fase monopolista. É justamente depois do período em questão que se processa de forma mais intensa a conquista de colônias, podendo-se relacionar o processo de expansão colonial com o imperialismo e o capital financeiro.

DIMENSÕES DAS POSSESSÕES COLONIAIS (39)

Anos	Inglaterra		França		Alemanha	
	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	População (em milhões)	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	População (em milhões)	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	População (em milhões)
1815-1830		126,4	0,02	0,5	-	-
1860	2,5	145,1	0,2	3,4	-	-
1880	7,7	267,9	0,7	7,5	-	-
1899	9,3	309,0	3,7	56,4	1,0	14,7

Mas a ampliação da conquista colonial não termina aí. Podemos ter uma visão da área e da população colonizadas pelas nações imperialistas em período mais recente.

(39) MORRIS, C. Henry. The History of Colonization. New York, 1900, v. II, p. 88; v. I, p. 304; em LENINE, V.I. O Imperialismo... p. 613.

POSSESSÕES COLONIAIS DAS GRANDES POTÊNCIAS (40)

(Em milhões de quilômetros quadrados e em milhões de habitantes)

	Colônias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		1914		1914	
	Km ²	Hab.	Km ²	Hab.	Km ²	Hab.	Km ²	Hab.
Inglaterra ..	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
Alemanha	-	-	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	-	-	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	-	-	0,3	19,2	0,4	53,0	0,7	72,2
Total para as 6 grandes potências ...	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias das outras potências (Bélgica, Holanda, etc)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28,0	289,9
Toda a Terra							133,9	1657,0

Pode-se constatar a situação da divisão do mundo entre as grandes potências à época. Para as seis grandes nações, no ano de 1914, havia 437,2 milhões de habitantes nas metrópoles contra 523,4 colonizados.

A Inglaterra, para uma população na metrópole de 46,5 milhões, possuía 393,5 milhões de colonizados.

(40) LENINE, V.I. O Imperialismo... p. 635. Lenine tomou como referência o período de 1876 a 1914, ao passo que Supan (obra citada), de onde Lenine colheu os dados, considera o período de 1876 a 1900.

A todas estas transformações não podia o Brasil ficar de fora. Tendo nossa economia se organizado de forma a se constituir em fonte de matérias-primas e alimentos para os países europeus e mais tarde também para a América, passou a viver em dependência estreita do comércio internacional, arcando com todas as conseqüências advindas desse posicionamento.

"Seria uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia "nacional", que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa" (41).

Daí a vulnerabilidade que o Brasil oferece à penetração do capital financeiro internacional, quando o capitalismo atinge esta fase de desenvolvimento.

As primeiras manifestações surgem com os empréstimos feitos pela Inglaterra para a consolidação de nossa independência, seguidos por outras manifestações de sua presença, como a instalação do primeiro banco estrangeiro no país, em 1863, o London & Brazilian Bank.

Atrás dos ingleses seguem-se os franceses, alemães e holandeses, principalmente. Como o Brasil à época não possuía bancos nacionais operando no exterior, uma das atividades desses bancos estrangeiros era administrar as disponibilidades provenientes das exportações brasileiras fora do país, controlando dessa maneira o setor mais importante das finanças da nação.

A inserção do capitalismo financeiro no Brasil provoca uma série de contradições. Se por um lado reforça a po

(41) JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. Brasiliense, São Paulo, 10a. edição, p. 269.

sição da economia brasileira como caudatária dos países centrais, por outro lado proporciona condições para que ocorra o processo de industrialização no país. A construção de portos, estradas de ferro, os empréstimos, os financiamentos, os transportes públicos urbanos, a instalação de empresas industriais, que apesar do rótulo nacional gravitam em torno de suas matrizes estrangeiras, são manifestações da maneira de atuar do capitalismo financeiro internacional.

O descrito anteriormente refere-se a manifestações do capitalismo financeiro. É necessário que analisemos como se desenvolvem as relações entre aqueles países que já atingiram esta etapa do capitalismo e os países pobres. A maneira pela qual se processam as trocas entre estes dois grupos; isto é que tentaremos fazer a seguir.

CAPÍTULO 9

A TROCA DESIGUAL

A teoria clássica afirma que através da divisão internacional do trabalho, através do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm vantagens originárias de sua especialização. Não necessitam de indústrias e se se industrializam, sua menor eficiência nesta atividade faz com que percam as vantagens proporcionadas pela especialização.

Os clássicos tinham convicção de que os produtos primários teriam sempre seus preços elevados ao longo do tempo.

Esta convicção possibilitou que John Stuart Mill declarasse: "Os valores de troca dos artigos manufaturados, comprados com os produtos da agricultura e das minas, à medida que progridem a população e a indústria, têm uma tendência certa e decisiva para cair" (42).

Ricardo também expressa seu pensamento quando afirma que "com os preços dos produtos manufaturados sempre a diminuir, e com os dos produtos brutos sempre a aumentar, à medida que a sociedade progride, gera-se a longo prazo uma tal desproporção nos seus valores relativos, que nos países ricos um trabalhador pode, sacrificando apenas uma parte de sua alimentação, satisfazer amplamente todas as suas outras necessidades" (43).

A realidade histórica tem mostrado que as concepções clássicas sobre o comércio internacional não têm se concretizado integralmente, pois "a maioria deles (países novos) desenvolveu, através do investimento colonial, uma ou duas mercadorias de exportação. Isso lhes proporciona um ponto de partida. Apenas os partidários mais fanáticos do livre comércio negariam a esses países o direito de reduzir suas importações não-essenciais e usar suas receitas da exportação para importar conhecimento técnico e bens de investimento, a fim de criar uma base de desenvolvimento" (44).

O desenvolvimento técnico atua de duas maneiras distintas de modo a aprofundar as diferenças existentes entre

(42) EMMANUEL, Arghiri. A Troca Desigual. Lisboa, Editorial Estampa, 1973, v. I, p. 31.

(43) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 44.

(44) ROBINSON, Joan. Contribuições à Economia Moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 245.

os dois grupos de países considerados, os detentores do progresso técnico e os dele despojados. Além de não ser transferido para aqueles de que dele necessitam para que possam promover de maneira mais rápida as transformações necessárias ao desenvolvimento, age ainda de forma a aumentar a distância existente entre os dois polos, porque limita as exportações de produtos primários em relação à procura existente pelo fato de propiciar o aparecimento de novos produtos, agora sintéticos, que substituem alguns itens da agricultura tradicional (45).

A constatação histórica de que a divisão internacional do trabalho como proposta pelos clássicos, se constitui numa falácia, é o fato que justifica o desejo de industrialização manifestado pelos países pobres, não como um fim em si mesmo, mas com a finalidade de, conseguindo captar pelo menos parte do progresso técnico detido pelos países centrais, elevarem de forma continuada o nível de vida de suas populações.

As razões para que se tente a industrialização a todo custo são muitas e originárias de várias direções.

Assim é que as séries publicadas pelas Nações Unidas, após o término da II Guerra Mundial, mostravam uma deterioração da ordem de 40% nos termos de troca dos países produtores de produtos primários, levando-se em conta o período compreendido entre o final do século XIX até as vésperas da última guerra mundial.

Falando do auxílio externo, o Observer, de 20 de janeiro de 1963 conclui: "Ainda mais significativo é o fato de,

(45) ROBINSON, J. Contribuições... p. 245.

ao longo dos dez anos transatos, os países em vias de desenvolvimento terem perdido muito mais com a baixa de preços das matérias-primas... do que o receberam como ajuda por parte de todos os países contribuintes" (46).

Como adição ao comentário do periódico, juntamos a seguinte passagem: "o comércio de mercadorias é conduzido em princípios competitivos, enquanto que os preços dos produtos industriais são administrados numa base de custos, aumentando com o aumento continuado dos salários monetários" (47).

Quando as inovações provenientes do desenvolvimento técnico são repassadas aos países da periferia, se por um lado produzem aspectos positivos, por outro trazem conseqüências que tendem a agravar a situação.

"A maior modificação ocorrida no mundo desde a guerra foi o aparecimento de muitas nações novas, em baixo nível econômico, dispostas a partilhar os benefícios da tecnologia moderna. O que de mais notável a técnica fez para elas, até agora, foi reduzir as taxas de mortalidade, deixando porém inalteradas suas primitivas taxas de natalidade. Um terrível crescimento populacional está tornando cada vez mais necessário, para esses países, aumentar a produção" (48).

Quando se examinam os dados disponíveis, pode-se constatar que, de modo geral, parece ter sido o progresso técnico mais acentuado na produção industrial do que no setor primário dos países da periferia.

(46) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 31.

(47) ROBINSON, J. Contribuições... p. 245.

(48) ROBINSON, J. Contribuições... p. 244, 245.

RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS
E OS DOIS ARTIGOS FINAIS DA INDÚSTRIA (PREÇOS
MÉDIOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO RESPECTIVAMENTE,
DE ACORDO COM OS DADOS DO BOARD OF TRADE)

(BASE - 1876 - 80 = 100)

PERÍODO	Quantidade de artigos finais da indústria que se podem obter com uma quantidade determinada de produto primário
1876 - 80	100
1881 - 85	102,4
1886 - 90	96,3
1891 - 95	90,1
1896 - 1900	87,1
1901 - 05	84,6
1906 - 10	85,8
1911 - 13	85,8
- -	-
1921 - 25	67,3
1926 - 30	73,3
1931 - 35	62,0
1936 - 38	64,1
- -	-
1946 - 47	68,7

FONTE: Past War Price Relations in trade between underdeveloped and industrialized countries. United Nations, Economic and Social Council, Document E/CN. 1/Sub. 3/W. 5, 23 February, 1949. (49)

- (49) Citado de PREBISH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Ano 3, nº 1, março de 1949. Os dados apresentados são os índices médios de preços do Board of Trade para as importações e exportações britânicas, representativas dos preços mundiais de artigos primários e manufaturados, respectivamente.

Tendo em vista os dados apresentados, Prebisch tem alguns comentários que resumidamente procuraremos reproduzir, para que se mostre seu pensamento a respeito (50).

Admitindo-se ser a produtividade maior no setor industrial do que no primário e se os preços baixassem à proporção que a produtividade aumentasse, a baixa seria menor nos produtos primários do que nos industriais. Se assim fosse, a relação de preços entre os países industrializados e os da periferia iriam melhorando continuamente, em favor dos últimos, conforme se acentuasse a disparidade de produtividades.

O fenômeno não ocorreu, mas se tivesse acontecido, os países periféricos teriam aproveitado com a mesma intensidade que os países centrais da baixa dos preços ocorridas nos produtos finais da indústria. Os países periféricos não teriam vantagens em se industrializar, ao contrário, se o fizessem, sofreriam perdas reais nas relações com os países cêntricos até que conseguissem alcançar a mesma eficácia do centro industrializado. O esquema da divisão internacional do trabalho seria aceito e perfeito.

Os dados indicam que os países que por primeiro conseguiram um alto grau de eficácia técnica não a repartiram com os demais, fazendo com que os preços desde os anos setenta até antes da segunda guerra se movessem constantemente contra a produção primária.

Do exposto podemos desenvolver três tipos de raciocínios a seguir enunciados:

(50) O pensamento de Prebisch que se procura resumir encontra-se exposto a partir da p. 55 da Revista citada na nota anterior.

19: Com o desenvolvimento do progresso técnico e conseqüente aumento da produtividade, a tendência dos custos no processo industrial era de baixar, mas os preços não seguiram esta tendência, pois, se por um lado os custos bai_xavam, por outro, subiam as remunerações dos empresários e dos fatores. Quando a ascensão das remunerações foi mais intensa que a da produtividade, os preços subiram, em vez de baixar.

29: Fosse o crescimento das remunerações, quer nos centros industriais, quer na periferia, proporcional ao aumento das respectivas productividades, a relação entre os preços dos produtos primários e dos produtos finais da indústria, não teria sido diferente da que existiria se os preços houvessem baixado estritadamente de acordo com a produtividade. Como a produtividade da indústria era maior, a relação de preços se teria movido em favor dos produtos primários.

39: A realidade indica que, ao longo do tempo considerado, a relação se moveu contra os productos primários. Assim sendo, as remunerações dos empresários e fatores de produção cresceram, no centro, mais que o aumento da productividade, e na periferia, menos que o aumento da mesma produtividade.

Isto quer dizer que, enquanto os países centrais retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia transferiram para eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico.

Podemos, para argumentar, supor que a piora nas relações de intercâmbio que atingiu os produtos primários durante o período considerado tenha sido resultante de um mais rápido aumento da produtividade nos artigos primários que nos manufaturados.

O efeito causado por esta hipótese não traria consequências sérias para os países periféricos. Significaria uma transferência para os países centrais da maior produtividade existente na periferia, à proporção que este exportasse seus produtos para o centro.

Esta hipótese, apesar dos poucos dados estatísticos existentes sobre os diferentes ritmos de produtividade no centro e na periferia, pode ser descartada. Mesmo à falta de informações precisas, não há dúvidas de que a produtividade, no período, aumentou mais nos centros industriais do que nos países periféricos. Esta evidência significa então que os países produtores de produtos primários, através dos preços que pagaram pelos artigos manufaturados, em relação ao que conseguiram pelos seus próprios produtos, contribuíram para crescentes níveis de vida nos países industrializados, mas sem receber, em compensação, nos preços de seus próprios produtos, uma contribuição equivalente a seu próprio nível de vida.

Ainda sobre a constatação histórica do enriquecimento de um certo número de países, ao passo que outros mal con

seguem libertar-se da pobreza a que estão relegados, surge um debate entre Arghiri Emmanuel e Charles Bettelheim, tão complexo, quanto interessante.

A divergência entre ambos se faz presente em vários pontos, inclusive quanto a fundamentos teóricos da doutrina marxista.

Se bem tenha sido Bettelheim quem acompanhou a criação do trabalho de Emmanuel, "fase por fase, desde o estágio da simples reflexão até ao de sua materialização, dispensando os benefícios de seu saber e de sua experiência" (51), as divergências e opiniões diferentes não se dirimiram durante esta fase, tanto é que se encontram presentes no texto.

Apesar dos diferentes modos de pensar, Bettelheim afirma:

"Acrescentarei seguidamente que se, apesar da natureza deste diferendo, me pareceu lícito publicar a obra de A. Emmanuel nesta coleção, é porque esta obra apresenta um interesse excepcional, o que permitirá igualmente constituir um "dossier" excepcionalmente instrutivo" (52).

O propósito desta dissertação não é abordar o problema desta discussão em si, tomando-a como ponto central, mas a ela não podemos fugir, pois, pensamos ser relevante para o trabalho. Assim sendo, procuraremos expor o pensamento de Emmanuel de forma sucinta em virtude do acima exposto, bem como ex

(51) O trecho entre aspas refere-se à Nota do Autor, no v. I.

(52) Trecho do prefácio de Charles Bettelheim a obra de Emmanuel, v. II, p. 18.

ternar nossa posição tendo em vista as críticas de Bettelheim.

Em determinado trecho de seu trabalho Emmanuel faz uma indagação a partir da qual expõe a questão a que se propõe responder.

"O cobre da Rodésia ou do Congo e o ouro da África do Sul não são mais primários do que o carvão, que constituía ontem um dos principais produtos de exportação da Inglaterra; o açúcar é quase tão "manufaturado" como o sabão e a margarina e certamente mais "manufaturado" do que o "whisky" da Escócia ou os grandes vinhos da França; o café, o cacau, o algodão (sobretudo o algodão) sofrem um processo industrial, antes de serem exportados, tão importante ou mais do que a madeira da Suécia ou do Canadá; o petróleo exige instalações tão custosas como o aço; as bananas e as especiarias não são mais primárias do que a carne ou os produtos lácteos. No entanto os preços de uns baixam, os de outros sobem, e a única característica comum a uns e outros é o fato de serem respectivamente os produtos de países pobres e os de países ricos.

O têxtil era outrora um dos pilares da riqueza dos países industrializados, o cavalo de batalha da Inglaterra; desde que se tornou na especialização dos países pobres, os seus preços mal chegam para pagar um salário miserável aos trabalhadores que o produzem e para dar um lucro médio

aos capitais nele investidos, ainda que a técni
ca empregada seja das mais modernas. Será necess
sário supor que por uma coincidência extraordinár
ria, no momento preciso em que se dava uma mudança
de localização, as elasticidades se inverte
ram?" (53)

"Existem em verdade produtos malditos, ou ser
rá que, por motivos que o dogma da imobilidade de
fatores nos impede de ver, uma determinada categ
oria de países, seja o que for que empreendam ou
que exportem, trocam sempre mais trabalho por men
os trabalho estrangeiro? É a questão mais fundamen
tal entre aquelas a que teremos que responder
neste estudo" (54).

A partir da afirmação de que o salário constitui
uma variável independente, sendo determinada portanto fora do
sistema econômico, Emmanuel constrói um modelo de trocas desig
uais, admitindo que entre dois países, sendo os salários difer
rentes, aquele onde ele for maior tem vantagens nas trocas real
izadas com o outro. "Afora o salário, nada difere de um país
para o outro" (55).

A hipótese de Emmanuel admite a perequação dos lucr
os e a não perequação dos salários.

"A perequação dos lucros, admitida no esquema,
pode ter duas conseqüências possíveis: ou a difer

(53) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 47.

(54) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 47.

(55) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 122.

rença dos preços, por não se poder repercutir nos lucros, se repercute nos salários, ou a diferença dos salários, por não se poder repercutir nos lucros, se repercute nos preços. Nada a partir do esquema nos autoriza a excluir uma ou outra destas possibilidades. Será portanto fora do esquema e de sua análise teórica que procuraremos os fundamentos de nossa opção a favor da segunda determinação. Estes fundamentos só podem ser intuitivos e empíricos" (56).

De acordo com o desenvolver de seu raciocínio, tanto o progresso técnico, como a industrialização podem preceder o aumento de salários, mas isto não significa que eles devam ser as causas desse aumento, nem tão pouco as causas determinantes das ações políticas e sindicais que conduzem a esse aumento, mas uma condição favorável.

Como justificativa para sua afirmação cita o exemplo dos Estados Unidos que, no século XVIII, tinham salários consideravelmente maiores do que a Inglaterra, numa época em que não havia progresso técnico nem industrialização (57).

"O desenvolvimento apresenta-se então, pelo contrário, não como a causa, mas como o efeito dos salários elevados" (58).

Assim que, por um acidente histórico qualquer um país tenha tomado um determinado avanço, este país começa, por

(56) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 123.

(57) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 184.

(58) EMMANUEL, A. A Troca... p. 184.

intermédio da troca desigual, a obrigar os outros países a pagarem o excedente dos seus salários e o empobrecimento de um torna-se função crescente do enriquecimento de outro. O crescimento mais rápido faz nascer um desenvolvimento cultural e tecnológico e para fazer face às funções produtivas mais complexas, os dirigentes do país são obrigados a ampliar o sistema educacional do povo, de tal sorte que se criam as condições propícias para o aparecimento do movimento sindical.

Todos estes fatos conduzem a um aumento de salário que torna a desigualdade das trocas externas mais profunda, enriquecendo mais ainda o período em questão (59).

A crítica feita por Bettelheim é dirigida de imediato contra a determinação do salário como variável independente do sistema.

"Assim, o "elemento histórico" que comporta o preço da força de trabalho não implica uma indeterminação absoluta do salário que permitiria tratá-lo como uma variável independente; implica uma "indeterminação relativa". Esta significa que o salário, ainda que não sendo inteiramente determinado por um nível particular da estrutura, nem por isso deixa de fazer inteiramente parte da estrutura complexa de uma formação social concreta, e, por conseguinte, não é de forma alguma "independente" dessa estrutura" (60).

(59) É desta maneira que Emmanuel trata o enriquecimento de um país a partir dos altos salários, Obra citada, v. I, a partir da p. 193.

(60) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 45, em Comentários Teóricos de Charles Bettelheim.

A inaceitabilidade por Bettelheim do salário como variável independente, significa divergir da linha de pensamento de Emmanuel.

Continuando seu raciocínio, completa:

"Se não é possível "passar" da relativa indeterminação do salário pelas simples relações de produção capitalistas a uma indeterminação absoluta, também não é possível transformar a "independência absoluta", assim afirmada, do salário, numa causalidade autônoma e, finalmente, "dominante". Ora, pelo contrário, na problemática de A. Emmanuel, as variações de salários surgem como determinando de forma automática as alterações no conjunto do sistema dos preços de produção e na posição relativa dos países uns em relação aos outros. Daí a possibilidade aparente de tirar esta "conclusão prática": se os países com forças produtivas pouco desenvolvidas "modificassem" em sentido ascendente o nível dos salários pagos aos seus trabalhadores, esses países poderiam tornar-se "mais ricos" e, portanto, escapar à desigualdade da troca e ao "subdesenvolvimento" (61).

Emmanuel enuncia seu pensamento a respeito da elevação dos salários nos países subdesenvolvidos no Capítulo III do volume I, mas o faz, a nosso ver de maneira pouco convincente, visto que admite não ser possível aumentar rapidamente os

(61) EMMANUEL, A. A Troca... v. II, p. 45, em Comentários Teóricos de Charles Bettelheim.

salários dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Os aumentos seriam pequenos e sucessivos, como se vê na sua argumentação original.

"Isso não significa evidentemente que se possa de hoje para amanhã aumentar os salários dos países subdesenvolvidos de 5 cêntimos para 3 dólares por hora. Mas podem-se provavelmente aumentar de 5 para 8 ou de 5 para 10 cêntimos. Sob reserva de concorrência intra-grupo e na medida em que esse aumento se aplique num número mais ou menos grande de países que exportam as mesmas mercadorias, uma parte desse aumento será repercutida pelos ramos de exportação sobre o consumidor estrangeiro; outra parte será nominal porque corresponderá à alta de preços locais. Esta segunda parte será protegida. Mas essa própria protecção e o alargamento do mercado consecutivo à alta dos salários, além de que, por outro lado, essa alta tornará necessária uma certa mecanização, atrairão os capitais estrangeiros para investimentos que farão subir a produtividade nos ramos anti-importação e absorverão assim a diferença entre salário real e salário nominal. Neste momento a protecção alfandegária torna-se inútil mas poderá ser mantida, porque no mesmo momento se torna possível um novo aumento de salários, de 8 para 12 ou de 10 para 15 cêntimos, podendo ser criado um novo desfazamento entre salário real e salário nominal que necessitará de protecção. E assim suces

sivamente. É a via capitalista de desenvolvimento. Atraem-se os capitais estrangeiros mediante o alargamento do mercado, e a falta de fundos de acumulação nacional, consecutiva ao aumento do consumo, é compensada pelo financiamento internacional. O desenvolvimento segue a curva do consumo. Primeiro a indústria ligeira, para responder ao aumento do consumo improdutivo consecutivo ao aumento dos rendimentos. Em seguida a indústria pesada, para responder ao consumo produtivo da indústria ligeira, assim que esta tiver atingido um determinado nível.

A via socialista é o seu contrário. Estabilizam-se mais ou menos os salários e comprime-se o consumo improdutivo. Pelos meios que fornece o monopólio do comércio externo impede-se tanto quanto possível que o excedente de mais-valia se escoie para o exterior em benefício do consumidor estrangeiro. Quanto ao resto, diminuem-se as exportações tradicionais, mas, na base de uma certa diversificação, diminuem-se mais ainda as importações tradicionais. As divisas assim economizadas são utilizadas na importação de bens de equipamento. O excesso do fundo de acumulação nacional compensa a falta de capitais estrangeiros. O desenvolvimento é determinado pela relação entre consumo e acumulação. Primeiro a indústria pesada, que materializa a acumulação. Depois a indústria ligeira, quando se considerar que é altura de au

mentar os rendimentos" (62).

Quando responde a Bettelheim, também em nosso entender o faz não satisfatoriamente, argumentando que no final do século XVIII e início do XIX os Estados Unidos não possuíam indústrias nem desenvolvimento. Contudo, seus salários eram o dobro dos da Inglaterra e três vezes os da França. Dessa maneira os Estados Unidos se industrializaram e ultrapassaram a Inglaterra, não apesar de, mas por causa desse custo mais elevado.

Continua ainda afirmando:

"Isto não significa que qualquer país, em quaisquer circunstâncias, e sobretudo nas de hoje em dia, possa fazer o mesmo. Mas não é a estrutura das "posições" que o impede. O fato é que os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, países dominados ao máximo, com uma "posição" bem determinada numa divisão internacional do trabalho imposta pela Inglaterra, o tenham podido fazer, prova que isto é estruturalmente, teoricamente possível para qualquer país, mesmo que seja conjunturalmente, historicamente impossível, hoje e amanhã, para os países atualmente subdesenvolvidos" (63).

Emmanuel tem fundadas razões ao admitir que é muito difícil, particularmente hoje em dia, promover-se aumentos de salários nos países subdesenvolvidos para, a partir daí, a partir de salários elevados eles possam, de acordo com sua te

(62) EMMANUEL, A. A Troca... v. I, p. 196, 197.

(63) EMMANUEL, A. A Troca... v. II, p. 154.

se, promover o desenvolvimento econômico.

De acordo com o Professor Suplicy, "na segunda metade do ano passado (1974), os assessores oficiais admitiram que os aumentos de 20,77% no salário mínimo e de 23% a 33% de cididos nos acordos coletivos não bastavam para assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Governo. Os preços dos bens e serviços se elevaram mais depressa do que os salários: desse modo, os trabalhadores não conseguiam aumentar seu poder aquisitivo de forma proporcional aos incrementos obtidos na productividade" (64).

Segundo o mesmo autor, de 1971 a 1973 o valor do salário mínimo elevou-se moderadamente, mas muito menos do que o valor real do produto per capita ou por trabalhador empregado no país (65).

Quando levamos em conta a agricultura, "as estatísticas levantadas pelo Centro de Estudos Agrícolas, da FAV, revelam que de 1966 a 1972 a média de salários reais dos trabalhadores eventuais, permanentes, tratoristas, capatazes e administradores cresceu apenas 2%, enquanto o produto real por trabalhador empregado aumentou aproximadamente 34%" (66).

Mais adiante o mesmo trabalho, no sub-título Ingleses analisam instabilidade, onde está exposta uma análise do capitalismo baseada na obra de Michael Kalecki, o trecho em questão termina afirmando:

(64) SUP LICY, Eduardo Matarazzo. Política Econômica Brasileira e Internacional. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 47.

(65) SUP LICY, E.M. Política Econômica... p. 47.

(66) SUP LICY, E.M. Política Econômica... p. 67.

"Quanto mais rápido o crescimento econômico, tanto maior a parte destinada ao negócio e tanto menor a destinada à mão-de-obra.

O resultado é uma luta entre os trabalhadores, que querem salários cada vez mais altos e os proprietários do capital, que pretendem manter seus lucros a fim de crescer. Esta batalha será resolvida não pelas forças da oferta e da demanda, como diz a teoria dos keynesianos americanos, mas pelo poder de barganha, no mercado, das empresas e dos sindicatos" (67).

Todas estas considerações a respeito do comportamento dos salários num país subdesenvolvido fazem com que se pense que o elevar-se dos mesmos, de acordo com a tese de Emmanuel, torna-se muito difícil, para não se dizer impossível na periferia.

Quando pensamos que a maioria dos países perifericos têm governos centrais fortes, com pouca ou nenhuma liberdade política, quando pensamos na fraqueza, se não de todos, pelo menos da maioria dos sindicatos, onde o direito de greve é praticamente inexistente, fica muito difícil encontrar-se maneira de se conseguir nos países subdesenvolvidos estabelecer a condição que os levaria ao desenvolvimento.

Penso que o problema do desenvolvimento econômico em consonância com o comércio internacional deva ser encarado de outra maneira, melhor dizendo, a tentativa de explicá-lo

(67) SUPPLY, E.M. Política Econômica.... p. 67.

como alguns países conseguem obter mais vantagens com o comércio internacional do que outros, deve ser analisado de outro modo.

É o que tentaremos fazer a seguir.

CAPÍTULO 10

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A tese de Prebisch é por demais debatida e não nos surtaremos de a ela voltar para abordá-la de modo mais explícito.

Em última análise, a deterioração da relação de preços do intercâmbio comercial entre países periféricos e centrais, é resultante da maior lentidão com que cresce a procura mundial de produtos primários comparada com a dos produtos industrializados.

Não haveria baixa em termos industriais se a oferta se ajustasse à procura, mas para que isto ocorra, três condições têm que ser satisfeitas simultaneamente.

Em primeiro lugar deve haver um deslocamento da população excedente empregada nas atividades primárias e que não seja necessária para que haja aumento da produção de modo a ultrapassar o ritmo da procura. A segunda condição é que a mão-de-obra deslocada encontre emprego na indústria ou em outra atividade. Finalmente há que haver uma intensa absorção da mão-de-obra deslocada para possibilitar uma subida real nos salários.

da população que continuou empregada no setor primário.

O aumento dos salários no setor primário subiriam até no máximo atingir o valor dos salários mínimos. Além deste nível, qualquer acréscimo de produtividade no setor primário não teria aumento de salário como resposta, haveria isto sim, elevação nos lucros que tenderia a estimular um acréscimo na produção para além do ritmo imposto pela procura internacional. Os preços dos produtos primários cairiam em relação aos industriais.

Muitos são os autores que contestam estas afirmações, argumentando principalmente que as evidências colhidas se referem à série histórica em que um período muito longo foi abrangido, de modo que não se pode ter idéia precisa quanto à qualidade dos artigos industriais, pois há mais progresso técnico na indústria do que na agricultura. Além disso, durante o período considerado, vários foram os produtos novos surgidos, ao passo que os produtos primários se mantêm praticamente imutáveis.

Os dados a seguir, de uma série mais recente permitem-nos ver que a realidade ainda é a deterioração, apesar da série de objeções apresentadas pelos críticos quanto à escolha de um período tão longo para justificar a tese de Prebisch.

BIBLIOTECA KARL A. BORDECKER

TERMOS DE INTERCÂMBIO DE PAÍSES
ESCOLHIDOS DURANTE A DÉCADA DOS
ANOS CINQUENTA

(1953 = 100)

País	1950	51	54	55	56	57	58	59	60
Estados Unidos	100	91	96	98	98	102	106	109	108
América Latina	107	100	109	99	94	92	88	84	83
Argentina		111	97	93	80	74	81	88	94
Bolívia	101	128	100	98	102	89	82	88	89
Brasil	112	112	136	106	99	96	93	79	
Colômbia	87	92	130	105	116	103	88	78	76
França	98	88	95	97	97	95	99	99	102
Alemanha Ocidental	80	80	100	98	99	100	108	110	111
Reino Unido	100	88	100	99	101	104	111	111	114
Índia	109	130	108	108	107	98	103	103	109
Austrália	121	119	92	81	80	82	64	69	65
Gana	94	103	148	132	101	95	135	121	100
Japão	92	104	100	100	104	101	103	111	116

FONTE: International Monetary Fund, International Financial Statistics (fevereiro de 1961). (68)

Por outro lado, a década dos vinte se caracterizou por uma firme deterioração nos termos de intercâmbio dos países de produção primária.

O que ocorreu no período foi um aumento dos salários reais na Inglaterra durante a guerra e que se mantiveram mesmo após seu término, prolongando-se inclusive durante a depressão de 1920-21. Além disso não há dúvidas quanto ao fato de que os empresários preocuparam-se com a produção e o emprego,

(68) in BAER, Werner. La Economía de Prebisch y de la CEPAL. São Paulo, EAESP-FGV, ECON-L-80 (E-300), mimeo. p. 15.

não tomando atitudes que levassem à diminuição de preços (69).
Fatos estes mais uma vez corroborando a tese em questão.

O informe do GATT, datado de 1959 reproduz as tendências do volume do comércio internacional e dos preços de importação e exportação na década de cinquenta e faz algumas previsões sobre o futuro dos países de produção primária.

"A capacidade de importar dos países de baixa renda tem dependido rigorosamente das exportações de seus produtos básicos aos países industriais e é quase seguro que continuará dependendo em grande medida do grau de demanda destas regiões. Surge, em consequência, a questão acerca das perspectivas desta demanda. Quando se considera uma certa expansão no volume de importações de produtos primários, como um fato implícito no crescimento futuro da produção manufatureira dos países industriais (onde se localiza atualmente cerca de nove décimos da capacidade industrial total do mundo), é igualmente certo, segundo a experiência da década dos anos cinquenta, que as ditas importações não se elevarão proporcionalmente ao avanço das economias industriais. Desta forma, o paradoxo que enfrentam os países de baixa renda é que, ao passo em que eles não podem elevar sua produção e rendas reais sem um crescimento substancial das importações provenientes dos países industriais, estes países têm sido capazes de elevar a produção e as rendas com uma proporção decrescente de importações originárias dos países de produção primária" (70).

(69) BAER, W. La Economía... p. 11, 12. O trecho sobre a atitude dos empresários é citado por Baer de Ellsworth, P.T. The terms of trade between primary producing and industrial countries, Interamerican Economic Affairs, X, L (verão de 1956), p. 55, 57.

(70) BAER, W. La Economía... p. 18, 19.

Estas constatações nos fazem admitir que, apesar dos benefícios trazidos pelo comércio internacional, enfrentam os produtores primários um sério problema, pois o que normalmente tem se evidenciado é que o futuro perderá os ganhos conseguidos no presente, melhor dizendo os ganhos relativos que se dirigem aos países da periferia "durante o tempo $t+1$ poderiam ser menores do que os do tempo t " (71).

Se existem desigualdades entre centro e periferia, também as há dentro do próprio centro. Pelo fato de o capitalismo ter se desenvolvido de forma diferente entre os diferentes países, mesmo entre os do centro, cabe então uma pergunta. Haverá deterioração no centro, ou ela é um mal congênito que só graça na periferia?

Podemos afirmar que existe. Existe e é conhecida e a atitude que se toma diante dela é bem diferente da que se assume quando se trata do assunto em relação à periferia. A revolução tecnológica ocorrida na agricultura americana e estendida à Europa Ocidental fez com que o ritmo da produção tendesse a ultrapassar o ritmo de crescimento da procura, criando nas relações entre países centrais uma situação idêntica à que existe nas relações do centro com a periferia.

Como o deslocamento das populações do campo para as atividades da indústria aí é dificultada pelo fato de as pessoas não desejarem abandonar suas propriedades, mesmo sendo o setor industrial grande absorvedor de mão-de-obra, a distorção que surge é corrigida de outras maneiras. Nos Estados Unidos são utilizados preços mínimos no interior do país para produtos

(71) BAER, W. La Economía... p. 23.

agrícolas de modo a manter uma paridade variável com os preços dos bens industriais adquiridos pelos agricultores (72) e às exportações de produtos primários não concedidos subsídios. Na Europa a prática é restringir-se as importações de produtos agrícolas com a finalidade de ampliar o mercado para a própria produção (73); em caso de haver excedentes, recorre-se ao subsídio (74).

As medidas protecionistas adotadas pelo centro contribuem para agravar mais ainda os efeitos provocados pelo lento crescimento da elevação da procura por artigos primários da periferia.

Gostaríamos de, antes de encerrar esta parte, fazer alguns comentários sobre a forma de atuação do modo de produção capitalista e o envolvimento do centro e periferia no comércio internacional.

Além da tendência à expansão, possui o modo de produção capitalista outra característica que lhe é peculiar - ele é destrutivo, e destrutivo de maneiras diferentes, dependendo ou não da dominância de sua presença.

(72) A deterioração das relações de preços entre produtos primários e industriais também existe internamente.

(73) A Comunidade Econômica Européia adota as seguintes práticas no que se refere a verduras e legumes: durante o inverno europeu, quando a produção nas estufas não é suficiente para atender as necessidades do mercado, as importações são livres; no verão europeu, caso esses produtos cheguem à Comunidade por um preço menor do que os nela produzidos, sobre eles incide uma taxaço de modo a que os preços fiquem iguais aos dos produtos europeus, é o que os alemães chamam de Abschepfung. Todo o produto dessa taxaço é enviado para a sede da Comunidade em Bruxelas para fazer parte de um fundo de custeio de parte das despesas administrativas da Comunidade.

(74) PREBISH, Raúl. Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, p. 104, 105.

Quando dominante numa formação social, ele se desenvolve dissolvendo os outros modos de produção e submetendo seus agentes às relações de produção capitalista, se bem que secundariamente possua outra tendência, a da conservação-dissolução, que é a reestruturação das formas não capitalistas de produção e sua subordinação às relações capitalistas.

Quando não é forma de produção dominante numa formação social, isto é, quando a forma capitalista de produção só existe através da participação de um setor, por exemplo, no comércio internacional, predominando no restante outros modos de produção, a tendência principal é a conservação-dissolução dos modos de produção não capitalistas.

O que a caracteriza é a heterogeneidade das condições materiais e sociais de produção, que se apresenta sob a forma do que se costuma chamar de caráter dualista.

Dada a tendência expansionista do capitalismo, os capitalistas dos países industriais dispõem de duas bases de atuação através das quais podem realizar a exploração. A própria base, que lhes assegura a exploração do proletariado dos países industrializados e outra, esta internacional, que lhes possibilita explorar os trabalhadores dos países dominados.

E exploração exercida nas duas bases alimenta um fundo de acumulação em constante crescimento. Este crescimento está ligado a uma rápida expansão das forças produtivas, assegurando as condições de exploração dos países dominados.

A reprodução alargada que se desenvolve dos países dominantes caracteriza-se por uma grande rapidez, bem como por desigualdades internacionais, fazendo com que a denominação

imperialista se torne instável, pois é necessário não perder a hegemonia, de modo que a utilização de grande parte da massa de lucros é utilizada para a renovação de máquinas, aperfeiçoando as condições materiais da produção.

E exploração dos trabalhadores dos países dominados pelo capital dos países industriais é de dupla natureza; indireta, que é efeito da estrutura polarizada da economia mundial capitalista e direta, resultante dos investimentos industriais, comerciais e financeiros feitos pelos capitalistas de um país noutro.

Além da base material, o desenvolvimento polarizado das forças produtivas, é reforçado pela dominação política e ideológica dos países dominados. Esta dominação se torna completa quando se entrelaçam os interesses das classes dominantes dos países ricos e pobres. É por este motivo que se montam variados sistemas de assistência técnica e bolsas de estudos para estudantes de países dominados irem estudar nos países centrais. Do contacto entre as duas culturas surge um poderoso efeito de alienação (75).

Ora, da época da apropriação primitiva até os dias de hoje, já transcorreu um tempo considerável, e ao longo do tempo as modificações ocorridas no âmbito do comércio internacional modificaram-se, mas os países subdesenvolvidos continuam a ter parte de seus excedentes expropriado pelas nações centrais, se bem que de outras formas mais refinadas.

A dependência continua, assumindo agora outros

(75) PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977. p. 136.

aspectos; antes, no auge do modelo primário-exportador, pelo fato da transferência de excedente para o centro em virtude dos baixos preços dos produtos primários; agora, pela adoção da tecnologia de processo e de produto adotada pelos países centrais.

O subdesenvolvimento permanece, só que agora com outro aspecto, o subdesenvolvimento industrializado (76).

As relações entre os países do centro e da periferia sofreram profundas modificações a partir do momento em que ocorre o advento das empresas multinacionais, que aproveitando-se da mão-de-obra barata, produzem na periferia para exportar para o centro (77).

Passaram elas então a produzir nos países subdesenvolvidos produtos manufaturados com tecnologia não avançada, continuando a fabricação dos produtos com tecnologia mais sofisticada no centro.

Muda o caráter do imperialismo. Ele não mais se caracteriza pelo fato de a periferia exportar produtos primários, agora ele se moderniza, atua em outra esfera. A divisão internacional do trabalho continua, só que agora a característica das exportações dos países periféricos é outra; exportam agora produtos industriais tecnologicamente simples e que utilizam trabalho intensivo (78).

O quadro mudou substancialmente na periferia. "As empresas multinacionais difundem o capital entre os países ao

(76) PEREIRA, L.C.B. Estado... p. 133, 134.

(77) Aproveitar-se da mão-de-obra barata é o quarto motivo pelo qual as empresas oligopolísticas americanas se lançaram no mercado internacional. Ver PEREIRA, L.C.B. Estado... p. 313.

(78) PEREIRA, L.C.B. Estado... p. 323.

mesmo tempo que concentram o capital sob seu controle ao crescerem a uma taxa mais elevada do que a economia mundial, transferem a tecnologia, mas mantêm firmemente o controle da mesma nas matrizes; descentralizam o sistema organizacional para melhor controlar as filiais; descentralizam a produção em nível internacional para poder melhor controlar os mercados dos países não-comunistas e assim evitar as incertezas do comércio mundial" (79).

CONCLUSÕES

Após chegarmos a este ponto, o que constatamos foi que, apesar de todas as modificações pelas quais passaram os países centrais e periféricos ao longo do tempo, apesar de ter havido modificações estruturais na periferia, apesar de ter havido um processo de industrialização nos países subdesenvolvidos, muito significativo em alguns países, neles incluído no Brasil, o fato é que ainda persiste uma divisão internacional do trabalho, dividindo o mundo entre centro e periferia, ou até, ao se adotar terminologia em moda, vimos o aparecimento de mais um mundo, o terceiro.

A concepção ricardiana do mundo modificou-se, se bem haja alguns países a ela atrelados. As especializações são outras, não mais produtos primários e produtos industriais, mas produtos industriais e produtos industriais, só que diferentes, uns de baixa tecnologia, outros de concepções tecnológicas mais

(79) PEREIRA, L.C.B. Estado... p. 328.

sofisticadas; estes produzidos nos países centrais, aqueles nos periféricos.

"Até 1750, há apenas dois séculos, a população do mundo vivia, em sua esmagadora maioria, em condições materiais de existência não caracterizada por diferenças fundamentais entre as diversas regiões do mundo. Em linhas gerais poderia dizer-se que os países que hoje em dia se denominam industrializados ou desenvolvidos haviam alcançado uma renda média por habitante entre 150 e 170 dólares em 1850, enquanto que na mesma época os atuais países subdesenvolvidos teriam uma renda média por habitante ao redor de 100 dólares" (80).

Sem dúvida, o marco histórico responsável pela existência dos altos níveis de vida que gozam atualmente alguns países, foi a Revolução Industrial, com todas as transformações econômicas, políticas e sociais que acarretou.

O processo de desenvolvimento econômico é extremamente complexo e contraditório, mas não será errado afirmar que uma parcela considerável dos fundos acumulados e investidos durante o desenrolar do processo é originária das relações de comércio internacional entre centro e periferia (81).

O modo de produção capitalista transformou-se. De uma fase mercantil, passa para um nível mais elevado, desenvol

(80) SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. El Subdesarrollo latinoamericano y la teoria del desarrollo. México, Siglo XXI, 1977, p. 43, 44.

(81) Se se tomar, como base de comparação, a relação média de preços do intercâmbio exterior do período 1950-54, os efeitos da deterioração de preços entre centro e periferia no período de 1955-60 estima-se em 7400 milhões de dólares. Disso se deduz que mais de 60% do incremento anual de exportações foram anulados por essa deterioração. In PREBISH, R. Dinâmica... p. 97 (nota de roda-pé).

veendo-se, ampliando sua área de influência, constituindo colô
nias, transforma-se em imperialismo e mudando de face, transfor
ma-se em novo imperialismo, para usar a terminologia do Prof.
Bresser Pereira.

A tudo isso assistiu o Brasil, passando de uma
fase primário-exportadora à industrialização, desenvolvendo-se,
mas permanecendo subdesenvolvido.

Apesar de o Brasil estar agora inserido num novo
processo de dominação, exercido pelo novo imperialismo, perma
nece ainda a dualidade imposta pelo antigo. Uma dualidade dife
rente, uma dualidade característica de um subdesenvolvimento in
dustrializado.

BIBLIOGRAFIA

- ASHTON, T.S., A Revolução Industrial 1760-1830. Lisboa, Europa-América, 1974.
- AVDAKOV, POLIANSKI e outros, História Econômica de los Países Capitalistas. México, Editorial Grijalbo, 1965.
- BAER, Werner, La Economia de Prebish u de la Cepal. São Paulo, EASP/FGV, ECON-80 (E-300), mimeo.
- BARAN, Paul A., A Economia Política do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- BELL, Daniel, O Advento da Sociedade Pós-Industrial. Cultrix, 1978, p. 143, 144.
- BELL, John Fred. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- BETTELHEIM, Charles, Planificação e Crescimento Acelerado. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- DEAN, Warren, A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, Difel, 2a. edição.
- DEANE, Phyllis, A Revolução Industrial. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- DELILEZ, Jean-Pierre, Os Monopólios. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- DENIS, Henri, História do Pensamento Econômico. Lisboa, Livros Horizontes, 1978.
- DEYON, Pierre. O Mercantilismo. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ELLSWORTH, P.T., Economia Internacional. São Paulo, Atlas/MEC, 1974.
- EMMANUEL, Arghiri, A Troca Desigual 2V. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- _____, Análise do Modelo Brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

- FURTADO, Celso, O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____, Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- _____, Teoria Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- HILFERDING, Rudolf, El Capital Financiero. Tecnos, Madrid, 1973.
- HYMER, Stephen, Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- ILPES, La Debilidad Congenita de la Periferia y la Relacion de Precios del Intercambio. Documento EI/4, não mencio na autor, 1963.
- JAGUARIBE, Hélio, Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- _____, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- JUNIOR, Caio Prado, História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 10a. edição.
- KEYNES, John Maynard, Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- MARX, Karl, O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- _____, Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LENINE, V.I., Obras Escolhidas, v.I. São Paulo, Alfa Ômega, 1979.
- PALLOIX, Christian, As Firms Multinacionais. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- PANIKKAR, K.M., A Dominação Ocidental na Ásia. Do século XV aos nossos dias. 2v. Rio de Janeiro, Saga, 1965.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PREBISH, Raúl, O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. Em Revista Brasileira de Economia, nº 1, 1949.

- PREBISH, Raúl, La gran tarea de América Latina. Nações Unidas, Documento E/CN.12/891, 1971, mimeo.
- _____, Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- RICARDO, David, Princípios de Economia Política e de Tributação. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
- ROBINSON, Joan e EATWELL, John, An Introduction to Modern Economics. Inglaterra, 1975.
- ROBINSON, Joan, Contribuições à Economia Moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SAMIR Amim, A Crise do Imperialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- SILVA, Sérgio, Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1976.
- SMITH, Adam, Investigación de la Naturaleza y Causas de La Riqueza de las Naciones. Madrid, Aguilar, 1956.
- SODRÉ, Nelson Werneck, As Razões da Independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro, El Subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. México, Siglo XXI, 1977.
- _____, Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forum Editora, 1974.
- SUNKEL, Osvaldo, O marco histórico do Processo Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Beta, 1977.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo, Política Econômica Brasileira e Internacional. Petrópolis, Vozes, 1979.
- SWEEZY, Paul M., Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- VIAL, Jean. O Advento da Civilização Industrial. Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.
- WILLIAMS, Eric, Capitalismo e Escravidão. Rio de Janeiro, Cia. Editora Americana, 1975.